

Editorial

1.º DE MAIO – UMA LIÇÃO DE UNIDADE

Se fosse possível resumir numa só palavra as grandiosas manifestações populares e nacionais deste 1.º de Maio de 78 em Portugal uma única deveria ser escrita: Confiança!

Confiança na força e na maturidade política do movimento operário e popular;

Confiança na solidez da nossa jovem Democracia; Confiança na unidade e na vontade das massas populares do nosso País para vencerem os obstáculos colocados pelos saudosistas do passado na rota libertadora da Revolução de Abril;

Confiança, ainda, na aptidão e na inteligência do nosso Povo para saber o que quer e para construir os seus próprios destinos numa perspectiva socialista de felicidade, liberdade e independência.

Mas o que há três dias aconteceu no nosso País, o que disseram nas ruas das nossas cidades, vilas e aldeias mais de um milhão e duzentos mil portugueses neste 1.º de Maio de 1978, não poderia exprimir-se numa simples palavra por muito sugestiva e rica que ela fosse.

É, pois, necessário dizer alguma coisa mais, algo que ajude a melhor compreender o significado da hora que passa, algo que nos permita ver com maior profundidade e clareza os caminhos que se rasgam à luta do nosso Povo. Esses caminhos conduzem à consolidação das transformações alcançadas e do regime democrático consagrado na Constituição.

Saibamos trilhá-los com determinação e valor.

★ ★

Algumas questões suscitam as magníficas acções unitárias deste 1.º de Maio de 1978.

Uma delas: o que é que inspira o vigor, o entusiasmo, o ardor combativo das comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores no Portugal de Abril de 78? Onde lhe vem a sua força avassaladora e tranquila?

Outra: quais as lições que é preciso extrair deste portentoso 1.º de Maio de 1978?

Estas ou outras questões do mesmo teor ocorrerão aos que viveram em directo a inolvidável jornada nacional e unitária dos trabalhadores na segunda-feira que acaba de passar ou, ausentes, com ela comungaram de alma e coração.

Decerto as mesmas interrogações mas por razões opostas não deixarão de ocorrer a quantos, à margem deste profundo sentimento popular e contra ele, intentam dividir os trabalhadores e o Povo, alimentam projectos de retaliação e de aniquilamento contra a Democracia portuguesa e sonham restaurar de novo em Portugal a ditadura de classe do grande capital e o odioso regime fascista que os «Capitães de Abril» apearam com o seu heróico movimento.

Que a resposta a tais questões tenha sido dada de uma forma tão clara e concludente por centenas de milhares de trabalhadores da cidade e do campo eis o que é de extrema importância para a vitória definitiva da causa da liberdade e para a defesa das conquistas fundamentais da Revolução.

★ ★

Mais de meio milhão de pessoas em Lisboa, mais de trezentas mil no Porto, cento e quarenta mil no Alentejo da Reforma Agrária, cerca de sessenta mil em Coimbra, muitas dezenas de milhares no distrito de Aveiro e nas zonas interiores das Beiras, no Oeste e no Ribatejo, no Algarve e no Minho, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em números impressionantes, vieram resolutamente à rua dizer NÃO ao fascismo, NÃO ao terrorismo e ao separatismo, NÃO à política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Pela classe operária e todos os trabalhadores da cidade e do campo, pelo poderoso Movimento Sindical unido, pelas inúmeras comissões de trabalhadores e de moradores, pelos democratas e patriotas civis e militares, por todos os portugueses antifascistas que independentemente das suas condições sociais e dos seus credos políticos e religiosos estão com

o projecto democrático expresso na Constituição, o que se exprimi neste 1.º de Maio de 1978 foi a condenação severa dos que atentam contra a legalidade democrática, dos que desenvolvem as actividades conspiratórias e golpistas da extrema-direita fascista e pró-fascista no Continente e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores; dos que procuram criar, por meio de uma vasta acção desestabilizadora político-militar, condições favoráveis para inverter o processo democrático. O que se exprimi ainda no 1.º de Maio de 78 foi a reprovção categórica da política dos «pacotes», do agravamento inaudito e injustificado das condições de vida do povo trabalhador pelo Governo PS/CDS.

O que se patenteou na grandiosa jornada nacional, popular e unitária do Dia Internacional dos Trabalhadores foi a consciência actual de uma poderosa razão de classe a par da legítima alegria da comemoração de uma vitória histórica da classe operária que teve além disso a consagração no imponente cenário do Estádio 1.º de Maio de Lisboa o largo friso solidário e internacionalista dos representantes sindicais de numerosos países.

Nas cidades, vilas e campos de Portugal, a par do internacionalismo e por detrás das filas compactas dos manifestantes e da alacridade dos desfiles, concentrações e comícios; por entre a expressividade dos carros alegóricos e dos cantares de esperança e de luta; na afirmação cadenciada das palavras de ordem saídas de centenas de milhares de bocas, ressumou a inquebrantável vontade e unidade da classe operária e de todos os trabalhadores de defenderem com determinação e firmeza os seus direitos e liberdades e as suas conquistas revolucionárias alcançadas com o 25 de Abril de 1974.

★ ★

Os inimigos da Revolução portuguesa, mesmo por vezes disfarçados sob a máscara da democracia, fazem bem em meditar no significado profundo das

imponentes comemorações do 1.º de Maio e de pô-las em confronto com as suas debilidades e o seu desenraizamento popular.

O estrondoso fracasso da manifestação ao fantasma do ditador Salazar, apesar do frenético empenhamento do MIRD e dos reacçãoários de todos os matizes, deveria fazer reflectir seriamente os inveterados conspiradores da extrema-direita.

O nosso Povo não quer definitivamente andar para trás, apesar do desencanto político por governos que se têm mostrado completamente incapazes de resolver a aguda crise para onde empurraram o País.

O divisionismo sofreu uma irreparável derrota nas suas tentativas para enfraquecer as pujantes manifestações unitárias do 1.º de Maio.

Trabalhadores socialistas aos milhares estiveram ombro com ombro com os trabalhadores comunistas e outros sem partido nos desfiles, concentrações e comícios unitários por todo o território nacional.

Não estiveram no Alvaro onde o preconceito anti-comunista e anti-unitário deformou a expressão de um grande partido que se afirma de esquerda.

Que os dirigentes do PS reflectam também seriamente nos resultados de uma política divisionista no seio do Movimento Sindical. A CGTP-IN afirma-se cada vez mais como a grande central sindical unida dos trabalhadores portugueses, gozando duma enorme autoridade e prestígio no movimento operário português e internacional que saíram extraordinariamente reforçados neste 1.º de Maio de 1978.

As jornadas de segunda-feira apontam ao reforço da unidade da classe operária e de todos os trabalhadores da cidade e do campo na luta pela defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo operário e por uma solução da crise que assente na defesa prioritária dos interesses vitais dos trabalhadores.

Esta a grande lição das imponentes comemorações do Dia Internacional dos Trabalhadores em Portugal.

Viva o 1.º de Maio!
Viva a Unidade de todos os trabalhadores!



O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, recebeu no aeroporto a delegação do PCUS, chefiada pelo camarada Vladimir Dolguin, secretário do Comité Central do PCUS

Delegação do PCUS visita Portugal

A convite do Comité Central do PCP, chegou no passado dia 2 a Lisboa uma delegação do Partido Comunista da União Soviética, dirigida por Vladimir Dolguin, Secretário do Comité Central do PCUS e deputado ao Soviete Supremo da URSS, e integrada ainda por Vladimir Kluev, membro do CC do PCUS, Primeiro-Secretário do PCUS na região de Ivanovo e deputado ao Soviete Supremo, Alexandra Birukova, membro do CC do PCUS e Secretária do Conselho Central dos Sindicatos da URSS, Vladimir Domchenko, Secretário do Comité do PCUS na região de Zaporozhie e Iuri Jilina, colaborador responsável do CC do PCUS.

A delegação soviética, que

foi recebida no aeroporto pelos camaradas Álvaro Cunhal, Carlos Costa, Sérgio Vilarigues e Albano Nunes e ainda pelo embaixador da URSS no nosso país, visita Portugal no âmbito das estreitas e fraternais relações existentes entre o PCP e o PCUS.

Esta visita, como salientou o camarada Vladimir Dolguin à chegada, em declarações à imprensa, poderá igualmente contribuir para o alargamento da compreensão mútua e cooperação multilateral entre a União Soviética e Portugal.

Manifestando a alegria da delegação soviética por visitar Portugal, Vladimir Dolguin,

herói do trabalho socialista e antigo director do complexo da metalurgia e minas de Norilsk, aproveitou ainda a ocasião para transmitir ao povo português o profundo respeito e amizade do povo soviético.

No dia da chegada, à tarde, foram iniciadas as conversações entre a delegação da União Soviética e uma delegação do PCP dirigida pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, que integrava também Sérgio Vilarigues, Carlos Costa e Octávio Pato, membros da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e Albano Nunes, membro do CC do PCP e responsável pela Secção Internacional.

Delegação do Comité Central do PC da Finlândia em Portugal

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português uma delegação do Comité Central do Partido Comunista da Finlândia visitou Portugal de 24 a 27 de Abril.

A delegação do CC do Partido Comunista da Finlândia, composta por Erkki Kauppi, membro do Bureau Político e chefe de redacção do quotidiano do Partido, "Kansan Uutiset", e Irina Lindberg, colaboradora da Secção Internacional do CC, foi recebida por uma delegação do CC do Partido Comunista Português, constituída por Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão

Política do CC e Albano Nunes, membro do CC e responsável pela Secção Internacional. No encontro, que decorreu em ambiente de fraternal amizade, as duas delegações efectuaram uma ampla troca de informações e de opiniões sobre as situações dos respectivos países e sobre a situação internacional.

A delegação do Partido Comunista da Finlândia expressou a solidariedade dos comunistas finlandeses à luta dos comunistas portugueses, do movimento operário e popular e das forças democráticas em Portugal, pela defesa das conquistas da

Revolução consagradas na Constituição, contra a ameaça da reacção e do fascismo.

A delegação do Comité Central do Partido Comunista Português expressou a solidariedade dos comunistas portugueses à luta dos comunistas finlandeses em defesa dos interesses da classe operária e do povo por uma política que impeça que sejam os trabalhadores a pagar o preço da crise do capitalismo, por transformações democráticas e progressistas na Finlândia, pelo desenvolvimento de relações de paz e amizade com todos os povos do mundo,

designadamente com a URSS.

Ambas as delegações reafirmaram o firme propósito dos seus respectivos partidos de continuar a lutar pela consolidação e extensão do processo de desanuviamento internacional e condenaram as actividades que visam intensificar a corrida dos armamentos e desenvolver a produção de novas armas de extermínio massivo, condenando vigorosamente os planos de produção da bomba de neutrões e o seu armazenamento na Europa Ocidental.

Durante a sua estadia em Portugal, a delegação do CC

do Partido Comunista da Finlândia, que assistiu às comemorações da Revolução do 25 de Abril, contactou diversas organizações do PCP, e foi recebida na redacção do seu órgão central "Avante!", assim como na Direcção da Organização Regional de Setúbal. Neste distrito, visitou os estaleiros navais da Setenave e a cooperativa agrícola "1.º de Maio", na Gâmbia. A delegação constatou o esforço unitário do Partido Comunista Português no sentido de contribuir para a solução da grave crise económica e financeira em que



A delegação do Partido Comunista da Finlândia que esteve em Portugal a convite do Comité Central do PCP foi recebida pelo camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC e pelo camarada Albano Nunes, membro do CC e responsável pela Secção Internacional

o país se encontra, apresentando uma alternativa democrática cuja política e medidas propostas se inserem nos termos da Constituição da República Portuguesa.

A visita desta delegação contribuiu para o aprofundamento do conhecimento mútuo das experiências e actividade do Partido Comunista da Finlândia e do Partido

Comunista Português e para o estreitamento das fraternais relações existentes entre os dois partidos, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Assim actuam as autoridades madeirenses

- 1) Desesperados com a determinação dos democratas madeirenses em comemorar o 25 de Abril, - e que teve a sua maior expressão no desfile realizado no Funchal - os separatistas e reacçãoários daquele arquipélago desencadearam naquela data várias actividades provocatórias que não podem passar sem viva denúncia e condenação.
- 2) Com efeito, enquanto a Câmara do Funchal, invocando uma postura municipal, proíbe ilegalmente a afixação de cartazes editados pela

Comissão Nacional das Comemorações do 25 de Abril, grupos de separatistas pintavam tranquilamente nas paredes bandeiras da FLAMA, na presença de autoridades policiais que, apesar de solicitadas a pôr termo a tão descarado insulto à unidade nacional, mostraram a mais completa passividade e indiferença. Entre outros actos de banditismo e vandalismo, são de referir também o apedrejamento nocturno da casa de um democrata madeirense e a invasão por um grupo de separatistas de uma sessão em que crianças

faziam pinturas sobre o 25 de Abril.

- 3) Na Madeira, em pleno 4.º aniversário da libertação de Portugal do fascismo, direitos democráticos inalienáveis e consignados na Constituição são esmagados por uma absoleta e inconstitucional postura municipal; mas em contrapartida a exaltação e propaganda pública de organizações anti-democráticas e anti-nacionais encontram a complacência, transformada em estímulo, de entidades cuja missão

é garantir a defesa da ordem democrática e do regime constitucional.

- 4) A exigência de medidas concretas e corajosas que ponham termo ao regime de medo e violência imposto ao povo da Madeira pelos provocadores separatistas, em estreita cumplicidade com os caciques locais do PPD, toma-se assim, cada dia que passa, um mais forte imperativo profundamente democrático e nacional.

Lisboa, 26 de Abril de 1978
A SIP do PCP

O dia de Portugal na Ucrânia

O «Dia de Portugal na URSS», este ano centrado na República Socialista da Ucrânia, é uma importante jornada de solidariedade entre os dois povos que se realiza pela terceira vez, coincidindo com as comemorações do 4.º aniversário da jornada libertadora do 25 de Abril. Em 1976, os «Dias de Portugal» realizaram-se na República de Azerbaijão e no ano passado na República da Lituânia.

Para participar nas jornadas deste ano, a Associação Portugal-URSS enviou uma delegação constituída por Luis

Albuquerque, vice-presidente da Associação, professor da Universidade de Coimbra e director da sua Biblioteca Geral; Aveias Nunes, membro do Conselho de Presidência da Associação de Direito de Coimbra; Santos Simões, dirigente do Conselho Distrital de Braga da Associação e professor do Ensino Secundário; e ainda José Rosa, pescador de Lagos.

A convite da Associação Portugal-URSS deslocou-se igualmente a União Soviética «Brigada Victor Jara», grupo que

se dedica à música popular e folclórica.

Segundo refere um comunicado recentemente divulgado pela Associação, os «Dias de Portugal» constaram de vários actos dedicados ao nosso País, exposições de gravuras, fotografias e cartazes, exibição de filmes e de artistas «Continuar a viver ou os índios da mala praia», de Cunha Teles), actuações de artistas portugueses, contactos com diversos sectores da população da Ucrânia, etc.

A delegação da Associação, bem como os artistas convidados,

tiveram ocasião de falar e actuar na Televisão da Ucrânia para os 50 milhões de habitantes desta República Soviética.

Assim se dá a conhecer um pouco da arte e da cultura do nosso país na União Soviética, continuando por esta forma a Associação Portugal-URSS a levar à prática os seus elevados objectivos de divulgação da realidade portuguesa na URSS e de aproximação e compreensão mútua entre os dois povos - sublinha ainda o comunicado da Associação.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Av. António Sérgio, 26-2, Dt.º - Lisboa, 1. Tel. 769895/7.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2, Dt.º - Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3, Dt.º - Lisboa-1, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-5 - Lisboa-1, Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2, Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - Porto, Tel. 289336.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2, Esq. - Porto, Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra, Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém, Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal, Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - Évora, Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1, Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1, Tel. 41787. Composto e Impresso na Heeka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Abril: 83 937





1.º de Maio no Porto: centenas de milhares de trabalhadores na Baixa, numa manifestação grandiosa a que a capital do Norte nunca tinha assistido

Um profundo significado político

1. As comemorações do 1.º de Maio ontem celebradas por todo o País, pela grande multiplicidade de iniciativas, enorme expressão de massas e combatividade que as assinalaram, assumem, no actual momento da vida nacional, um profundo significado político.

2. As comemorações do 1.º de Maio de 1978 mostraram, com um vigor e clareza sem paralelo, a sólida unidade dos trabalhadores portugueses em torno das suas organizações de classe, nomeadamente do seu movimento sindical unitário, evidenciando o isolamento dos que apostam na divisão dos trabalhadores e das suas organizações e confirmando, pelo contrário, o imenso prestígio, autoridade e apoio de massas da sua central única, democrática e independente - a CGTP - Intersindical Nacional.

Abrangendo mais de uma centena de localidades com condições políticas e sociais muito diversas, de Norte a Sul do País, no Continente e nas Ilhas, as comemorações do 1.º de Maio deste ano testemunharam ainda, como facto de relevante significado e perspectivas, a organização e a força do movimento operário e popular e a sua grande capacidade de mobilização.

Envolvendo a participação activa de mais de um milhão de trabalhadores, a jornada de unidade e luta do 1.º de Maio de 1978 mostrou ainda a presença na vida nacional do movimento operário e popular - força determinante e indispensável na defesa e prosseguimento do regime democrático das conquistas de Abril, na resolução dos

problemas nacionais, na saída da crise de forma a garantir aos portugueses uma vida melhor correspondente às suas aspirações e ao projecto constitucional.

3. Desfilando com magnífica serenidade e determinação combativa nas ruas e praças de Portugal, levantando a bandeira da defesa do regime democrático consagrado na Constituição, os trabalhadores portugueses mostraram ontem a todo o País que a democracia portuguesa não tem que se submeter nem ceder à chantagem, às pressões, às manobras e à conspiração reaccionária e que, pelo contrário, há forças suficientes para que a legalidade, o regime e as instituições democráticas, apoiados na unidade, na vontade e na luta dos trabalhadores, vençam definitivamente a conspiração contra o 25 de Abril.

Constituindo uma vibrante condenação da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista que continua a agravar incessantemente a situação económica e financeira do País, a degradar dramaticamente as condições de vida de toda a população laboriosa, a estimular uma brutal ofensiva contra os direitos e aspirações dos trabalhadores, as comemorações do 1.º de Maio deste ano exprimiram, ao mesmo tempo, a atitude profundamente patriótica contida na exigência de uma nova política ao serviço do povo e do País que faça frente aos gravíssimos problemas nacionais, respeitando as conquistas da Revolução, apelando ao entusiasmo e energia criadora dos portugueses, recorrendo ao máximo

aproveitamento dos recursos e potencialidades do País, dinamizando um grande esforço produtivo que garanta o pão e o trabalho dos portugueses e a independência de Portugal.

4. As comemorações do 1.º de Maio, tal como anteriormente a jornada popular do 25 de Abril, representam no seu conjunto um poderoso motivo de confiança no presente e no futuro da democracia portuguesa, uma garantia de que as suas conquistas serão defendidas, uma inequívoca afirmação da ampla base de massas que sustenta e assegura a vitalidade do regime democrático nascido da Revolução do 25 de Abril.

Seria um erro de trágicas consequências que perante semelhante demonstração popular de fidelidade aos ideais do 25 de Abril e à Constituição da República, o Governo, persistindo numa política errada e nefasta, continuasse a hostilizar e desprezar a generosidade e patriotismo dos trabalhadores, optando antes pelo egoísmo e pela cega vontade dos grandes capitalistas em reconstituir o poder e os privilégios que a Revolução justamente lhes retirou; que, em vez de ter em conta a opinião, as aspirações e reivindicações dos trabalhadores, o Governo continuasse antes interessado em ganhar a confiança dos que fazem da espiral das suas exigências um eixo central da conspiração contra o 25 de Abril; que, em vez de reconhecer objectivamente o papel determinante dos trabalhadores na vida nacional e na solução da crise económica e financeira, o Governo continuasse

a preferir entender-se com os que jogam no afundamento da economia nacional como patamar para a liquidação da democracia portuguesa.

5. Fiel à sua história gloriosa e à sua qualidade de protagonista essencial no processo da Revolução portuguesa, consciente da sua força e da sua razão, o movimento operário e popular acaba de reafirmar, nestas comemorações do 1.º de Maio, estar pronto a assumir e honrar as suas responsabilidades patrióticas, no quadro de uma nova política, digna do 25 de Abril, respeitadora das suas conquistas, voltada efectivamente para a recuperação económica do País e para a salvaguarda do regime democrático e da independência nacional.

No interesse do novo Portugal Democrático que está no coração dos portugueses, importa que sem demora as forças e sectores que se declaram fiéis ao regime democrático, compreendam finalmente que é no caminho da unidade, da mobilização e da solidariedade democrática em torno do projecto constitucional, que Portugal pode sair da crise e os portugueses podem prosseguir na senda da liberdade e da construção de uma Pátria livre, próspera e independente.

Lisboa, 2 de Maio de 1978.

A COMISSÃO POLÍTICA
DO COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Foi assim o 1.º de Maio!

A pergunta anda por aí, a discussão, a opinião: foi ou não maior que o de 74?

Mas, por detrás desta pergunta que de Norte a Sul se seguiu ao dia de segunda-feira, estão sorrisos satisfeitos, faces onde transparece um brilho de confiança e de alegria: o 1.º de Maio de 74 era um marco, aquela coisa tão bela, tão grande, tão colorida e tão fraterna que entrara na memória dos nossos corações com o estatuto das recordações de infância — que não se repetem. E a verdade é que, quatro anos passados a pergunta pode pôr-se com toda a legitimidade! E isso é já maravilhoso.

E, afinal, foi ou não maior?... Temos para nós que há uma resposta absolutamente certa: foi. E entendamo-nos que podem mesmo vir dizer, contas para aqui, análises para ali, que no rigor de uns números muito alinhados, as manifestações que em 74 abraçaram o 25 de Abril na força do movimento popular e operário contaram com mais gente. Permitimo-nos duvidar. Mas a verdade é que essa discussão de números pode fazer-nos esquecer um ponto bem mais importante. Poderemos ter sido um pouco menos, poderemos ter sido um pouco mais, talvez muitos mais — que nunca muitos menos; mas se 74 foi o 1.º de Maio da alegria pela liberdade reconquistada, 78, foi o 1.º de Maio da defesa dessa

liberdade; se 74 foi o entusiasmo, 78 foi a organização; se 74 foi o anseio da unidade, 78 foi a vitória da unidade!

Quatro anos passaram sobre aquela Primavera. A ndou-se muito e defrontaram-se obstáculos — alguns dos quais obrigaram ao que faz já hoje parte da nossa experiência: curvas difíceis e perigosas. O movimento operário enfrentou os esforços conjugados da divisão e contra eles escreveu páginas que entraram em lugar de honra na história do movimento operário. Hoje, o fascismo ergue a cabeça, apoiando-se às tibiezas, às contemporalizações, às complicitades; o povo sofre uma política que quer destruir as conquistas de Abril, e as forças que sobre ele lançam o desemprego, a vida cara e difícil, as ameaças patronais, as conspirações e a mentira, pensaram que os trabalhadores se desiludissem da Revolução, se desmobilizassem.

Pois aí está. O movimento operário e popular mantém-se a trincheira das vitórias populares. Enquanto em Santa Comba a conspiração fascista não consegue juntar duas dezenas de pessoas para carpirem o ditador morto, de novo os cravos de Abril floriram em Maio.

Este 1.º de Maio de 78 foi de facto maior que o de 74. Porque foi assim e porque foi em 78.

A grande lição da unidade

Mas nem só de números viveu o 1.º de Maio! Antes de tudo o mais, as manifestações viveram da unidade e da organização.

A unidade ficou na resposta que os trabalhadores deram ao apelo da CGTP, nas palavras de ordem que ecoaram em todo o país. E nas palavras dos panos transportados. E notou-se que não era apenas quando as letras inscritas falavam concretamente de unidade: esta surgia viva e bem real na junção ao longo de ruas e avenidas dos dísticos que identificavam sectores profissionais, organizações de trabalhadores e populares, colectividades.

Foi de facto uma unidade vivida e fortalecida a que juntou metalúrgicos e professores, despachantes de alfândega e motoristas, operários químicos e magistrados do Ministério Público, vendedores ambulantes ("Vendedores ambulantes presentes com o 1.º de Maio" lia-se num cartaz da manifestação de Lisboa), reformados e trabalhadores da função pública, bancários e pescadores, trabalhadores de seguros e tipógrafos, operários agrícolas e artistas de teatro, e tantos, tantos outros.

A unidade veio também na condenação do divisionismo ("Sindicatos paralelos, sindicatos amarelos", "CGTP — Unidade sindical!"), na presença por todo o Portugal

dos estandartes dos sindicatos conquistados e defendidos pelos trabalhadores.

Quanto à organização, quanto haveria a dizer deste 1.º de Maio! Erguer este 1.º de Maio, organizar aqui e ali a festa desportiva, o comício, o cortejo, o espectáculo, o debate, trazer à rua mais de um milhão de pessoas organizadas, organizadas nesta manifestação e organizadas na sua luta de todos os dias — eis a prova evidente da maturidade dos trabalhadores portugueses.

Mais de um milhão de trabalhadores na rua, serena e firmemente afirmando a sua força, que contraste com os bandos de arruaceiros fascistas que se juntam nos Açores para espantar ministros ou que pretendem homenagear Hitler à sombra da violência e do ódio! Mais de um milhão de trabalhadores na rua assegurando a vida de uma Revolução com a serena e inabalável certeza da sua força e da sua vitória, que contraste com o terror da contra-revolução, com as bombas, os assaltos, a violência!

As palavras proferidas nos comícios pelos dirigentes sindicais, as moções aprovadas foram outras tantas provas de que, por todos os motivos, é com os trabalhadores que está o futuro de Portugal.

A alegria e a imaginação do Portugal novo

Mas não se pense que unidade e organização foram sinónimos de monótonas e macambúzias manifestações!

Também aqui, na alegria, na imaginação, no retrato que um dia deu do que podem os trabalhadores fazer, muito poderia aprender quem em tal estivesse interessado.

As manifestações desportivas organizadas pela CGTP tiveram um carácter inteiramente novo. Já não se fala (outra vez os números, que têm tanta força) no facto de o Estádio Nacional ter conhecido no domingo uma assistência recorde para provas de atletismo: fala-se também da extraordinária participação de atletas de todas as idades, da corrida realizada no Porto com 1 300 participantes, dos torneios efectuados em Lisboa e em todo o país.

E que diferença! Quando, no Estádio Nacional, se procedia à entrega dos prémios, respirava-se também um ambiente diferente: não era o "cartola" emproado que vinha saudar o esforço do vencedor, mas um delegado sindical, um dirigente de um sindicato, um trabalhador, um operário. A cerimónia era saudada pela música da Banda da Carris, mas de cada vez ouvimos o Hino da Inter ou os acordos da marcha que anunciou o MFA!

Nas terras da Reforma

Agrária, os tractores e as alfaías também foram ao 1.º de Maio! Centenas de máquinas agrícolas vieram também à Festa dos Trabalhadores.

Em Lisboa, pouco depois das 16.30, deram entrada no Estádio os carros alegóricos que participaram no desfile. À frente, um autocarro de dois andares da "Carris". Mas um autocarro especial, não o autocarro que, conduzido por mãos já cansadas de trabalhadores, leva diariamente os trabalhadores já cansados aos seus lares, lá longe do local de trabalho.

Esta, era uma carreira especial de autocarro, a carreira que, apesar dos engarrafamentos, há-de chegar a tempo e horas ao seu destino. Na tableta, podiam ler-se todos os locais para onde os autocarros de Lisboa deveriam conduzir os trabalhadores ao fim de uma jornada de trabalho. Naquele autocarro, naquela tarde de Maio, lia-se na tableta: "Socialismo". E por cima: "Contra a Miséria".

Foi aquela carreira, foi aquele autocarro que centenas de milhares de pessoas apanharam na passada segunda-feira. É aquela carreira, é aquele autocarro que os trabalhadores portugueses querem ver quotidianamente circular nas ruas do país, sempre cheio de gente desejosa de chegar àquele destino.



"Rumo ao Socialismo" se chamava o barco que os trabalhadores da Lisnave apresentaram no cortejo alegórico

As nossas fábricas, os nossos companheiros

Muitas inovações trouxe este 1.º de Maio! O "barco" que os operários da Lisnave fizeram navegar da Alameda ao estádio 1.º de Maio, as rodinhas que os trabalhadores da Quimigal e dos Escritórios puseram nos paus dos seus gigantescos panos, para não falar no monumental painel do Sindicato dos Gráficos, montado numa complicada estrutura apoiada em chariots que enquanto uns empurravam, necessitava que outros se instalassem sobre eles para aguentar o vento que enfunava as imensas palavras de ordem! E os lenços vermelhos levados ao pescoço por trabalhadores do Comércio que os desfraldaram à entrada do Estádio 1.º de Maio para darem uma das mais belas imagens daquela tarde. Ou as flores das mulheres de Vila Franca, os "cabeçudos" e os "cabazes" vazios de Alenquer, os desenhos laboriosamente pintados, as bandeiras.

Para não falar ainda do pormenor do último pano do cortejo que saiu da Alameda às 4 da tarde para dificilmente chegar ao estádio (cheio desde as 3!) quase às 8: esse último pano, "Viva o 1.º de Maio! Contra os despedimentos! Não ao fascismo!", que os seus portadores transportavam ao contrário, de forma a ser lido por quem olhasse de trás, encerrando de facto o longo cortejo!

Mas muito mais se poderia dizer ainda de tudo o que se escreveu, se pintou, se disse.

Um pormenor de tão grande significado: centenas de panos identificavam as empresas cujos trabalhadores compareceram, mas os das nacionalizadas, quase todos, traziam pintada uma imagem das instalações. Os trabalhadores do grupo Sagres reproduziram a fábrica de Via Longa, a Siderurgia reproduzia os fornos do Seixal, a ENI e a Lisnave estaleiros e instalações. É que, na

verdade, nas nacionalizadas esses fornos, essas fábricas têm um significado bem diferente: não são mais a propriedade do patrão, o lugar do trabalho explorado, da repressão e da violência — são as nossas empresas, as nossas fábricas, as máquinas e as ferramentas que os operários salvaram e que trazem orgulhosamente ao 1.º de Maio, trazem junto do povo na sua festa como as fazem produzir para Portugal todos os dias.

E ainda foi mais o 1.º de Maio!

Foram as manifestações artísticas trazidas à rua. Foi o espectáculo que levou ao Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, cinco mil trabalhadores que viram o que outros trabalhadores, do teatro, da música, construíram para contar a luta da classe operária em todo o mundo e em Portugal. E foram também as

crianças. E foram também os reformados. Que todos saibam que este 1.º de Maio, este Dia dos Trabalhadores comemorado em Portugal na defesa da unidade e das conquistas da Revolução viveu com todo o cuidado os que serão amanhã trabalhadores e os que gastaram as suas vidas no trabalho. Não houve pequena ou grande realização por esse País fora que não incluisse iniciativas para os pequenos. Será de não dizermos da lágrima que assomou quando nos cortejos, nas manifestações, nos comícios os vimos sentindo que aquela festa também era sua, quando compartilhamos a determinação daqueles que depois de tudo terem dado trabalhando, tudo continuam a dar lutando?

E quer-se-á esquecer que ao Dia dos Trabalhadores vieram os jovens que a guerra mutilou afirmarem que são trabalhadores, no trabalho e na luta?

Uma política económica e social de acordo com a Constituição, assente no esforço dos trabalhadores e das camadas populares e no respeito pela sua vontade, interesses e conquistas fundamentais, que garanta a independência nacional e faça o nosso país sair da crise; Medidas firmes contra a propaganda e os agrupamentos fascistas, com combate intransigente a todas as forças que conspiram contra a democracia e jogam na desestabilização, à margem da Constituição da República e do regime democrático.

Pela paz e por um Portugal democrático

Mas o 1.º de Maio de 1978 foi uma jornada de luta em circunstâncias difíceis da vida portuguesa. Foi uma resposta à ofensiva da direita e à política antipopular do Governo PS-CDS.

De Norte a Sul, nas intervenções, nas moções aprovadas por centenas de milhares de trabalhadores, nas palavras de ordem, nos dísticos definiu-se uma política ao serviço do povo e dos interesses nacionais.

Em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Funchal, muitos milhares de portugueses responderam com patriótica firmeza à acção dos grupos separatistas. Nas pequenas aldeias e nas grandes cidades, a Constituição foi saudada no Dia dos Trabalhadores. A luta pela paz e pelo desanuviamento, a condenação da bomba de neutrões esteve também neste 1.º de Maio.

As palavras das moções aí estão para deixar claro porque saíram à rua os trabalhadores portugueses. No Porto, por exemplo 300 000 vozes saudaram entusiasticamente o texto onde se exige:

A contenção dos preços dos produtos e serviços de primeira necessidade, o congelamento dos produtos do cabaz de compras, e o seu alargamento a outros produtos, de acordo com as decisões do Plenário Nacional de Sindicatos de 4 de Fevereiro;

Medidas que impeçam o boicote patronal às negociações de novos contratos de trabalho e garantias de aplicação prática da vigência dos contratos por 12 meses, de forma a permitir a necessária actualização do poder de compra dos trabalhadores e a melhoria das condições de trabalho;

O fim dos despedimentos repressivos e condições que permitam a livre acção sindical nos locais de trabalho, com a reintegração nas empresas dos trabalhadores vítimas de despedimentos selectivos e injustificados;

Medidas concretas e eficazes que combatam o desemprego, criem novos postos de trabalho, impeçam os despedimentos sem justa causa e proporcionem o aproveitamento integral da mão-de-obra nacional, tão necessária à recuperação económica do país;

A participação dos trabalhadores e do movimento sindical na elaboração das leis de trabalho e nas grandes medidas da política económica e social, de acordo com a Constituição da República;

Por último, os trabalhadores reunidos no Porto, no 1.º de Maio, reafirmaram-se dispostos a reforçar a unidade do movimento sindical unitário, a sua unidade, na luta contra o aumento do custo de vida, contra o desemprego e os despedimentos, contra a repressão patronal, contra o divisionismo, pela defesa da independência nacional contra as imposições do imperialismo, pela defesa do regime democrático, das liberdades e de todas as conquistas fundamentais do 25 de Abril, contra as manobras reacçãoárias e golpistas, por uma política económica e social que respeite os interesses e a vontade do povo trabalhador, de acordo com a Constituição.

Terça-feira, dia 2 de Maio, a chuva que em quase todo o país parara para a grande Festa dos Trabalhadores voltou. Voltou-se ao trabalho, enfrentou-se novamente o quotidiano difícil de um país em crise.

Mas, em todo o país, do Minho aos Açores, uma certeza se tomara mais forte: "Ninguém nos há-de tirar o que sobremos conquistar".

A imprensa reacçãoária foi bem o retrato do despeto e apreensão da direita. O "Jornal Novo" conseguiu ignorar na sua primeira página que se haviam verificado as maiores manifestações de sempre em todo o país; "O Dia" conseguiu descobrir que o 1.º de Maio se fizera "sob o signo da divisão".

Nos escritórios, nas empresas, nos campos, nas ruas era contudo bem diferente o ambiente.

Abril está vivo, Maio está mais forte.

Neste princípio de Maio, quatro anos após a queda do fascismo, o Povo português, a classe operária, todos os trabalhadores, fortes da sua unidade, fortes da sua organização dizem com força renovada que, na verdade, a luta continua.

O que dizem os números

E como é que foi este 1.º de Maio de 1978?

A linguagem dos números tem uma força muito especial quando conta homens, quando conta os punhos que se erguem, as vozes que se unem em coro, as mãos que empunham ferramentas e bandeiras, os ombros que se encostam nos intermináveis cortejos que percorreram Portugal.

Melhor milhão em Lisboa. Trezentos mil no Porto. Sessenta mil em Coimbra. Trinta mil no Distrito de Santarém. Cento e quarenta mil no Alentejo. E os algoritmos prosseguem. Como prossegue o enumerar das terras: houve 1.º de Maio em Lisboa, no Porto, nas terras da Reforma Agrária, onde a classe operária e os trabalhadores forjaram fortes organizações; mas houve também em Bragança, houve também na Madeira e nos Açores, em Viseu, onde os trabalhadores forjaram hoje, a pulso e a vontade, a sua luta e os seus instrumentos, defrontam os caciques e lhes dizem que lá também é Portugal e que lá também será Abril — porque foi 1.º de Maio.

Números! Vamos aos que se sabem, os que dizem quantos portugueses desceram à rua ao apelo do movimento sindical unitário:

Lisboa — 500 000
Porto — 300 000
Coimbra — 60 000
Évora — 50 000
Beja — 40 000
Portalegre — 25 000
Odemira — 5 000
Faro — 2 000
Portimão — 4 000
Silves — 1 500
Vila Real de Santo

António — 2 000
Lagos — 2 500
Albufeira — 500
Grândola — 2 500
Torres Vedras — 3 500
Leiria (distrito) — 30 000
Braga — 20 000
Guimarães — 30 000
Vila Nova de Famalicão — 10 000
Penafiel — 1 500
Viana do Castelo — 6 000
Vila Real — 5 000
Régua — 2 000
Guarda — 4 000
Tortosendo — 2 000
Castelo Branco — 1 000
Gouveia — 3 000
Cebalga — 700
Covilhã — 2 000
Santarém — 2 000
Benavente — 5 000
Lamego — 1 500
Viseu — 4 000
Chaves — 4 000
Bragança — 500
S. Vicente de Paul — 1 000
Alpiarça — 4 000
Tramagal — 500
Couch — 5 000
Torres Novas — 3 000
Alcanena — 800
Entroncamento — 400
Chamusca — 1 000
Cologã — 800
Estremoz — 15 000
Moura — 6 000
Fafe — 7 000
Vila do Conde — 4 000
Santo Tirso — 4 000
Barcelos — 3 000
Amarante — 1 000
Santiago do Cacém — 3 500

Passa largamente o milhão — para sermos exactos, 1 192 700. Mas há muito mais! Houve manifestações em muitas outras terras, em muitas pequenas terras, sessões, comícios, festas, convívios que trouxeram para a rua a força da nação — os trabalhadores!



Sempre presente o desejo de defender a independência nacional

O ideal da burguesia: um homem, um sindicato

O que se passou de grandioso no 1.º de Maio organizado pelo Movimento Sindical unitário remeteu mais uma vez o divisionismo para o campo da caricatura. Por isso aqui afirmamos alto e bom som que o ideal da burguesia reaccionária e dos seus pressurosos servidores, inatingível como qualquer ideal burguês, só conseguirá destruir a unidade dos trabalhadores organizados quando, na Constituição que se propõem rever quanto antes, conseguirem incluir uma norma que, no estilo «um homem, um voto», estipule e pratique o supra-sumo do divisionismo expresso na fórmula «por cada trabalhador um sindicato».

Mas como esse ideal é inatingível, o «reformismo» e o «sindicalismo democrático» vão continuar a servir-se do anticomunismo grosseiro para embolsar alguns lucros a partir da

confusão que estabelecem entre ideologia política e interesses de classe, entre opções de voto e interesses comuns. O que os divisionistas querem é que as garantias, as liberdades, os

direitos, os interesses, afinal, de um trabalhador que votou PS sejam diferentes dos de um trabalhador que votou no PCP ou em qualquer outro partido. Isso nenhum trabalhador consciente poderá aceitar, quando a acção exige unidade, e exige-o sempre, quando a solidariedade de classe exige o reforço do Movimento Sindical unitário para que inclusivamente não se perca, na desagregação, a capacidade de negociar melhores condições de vida e de trabalho.

O sindicalismo do «plano Gonalves», do «reformismo» do PPD/CDS/PS, o «sindicalismo democrático» do PS, as «novas práticas sindicais» de

«movimentos» que não têm força para se mexer, não vão buscar o ruído que conseguem fazer nos jornais da direita à luta contra o desemprego e contra o aumento do custo de vida, à exigência do cumprimento da Constituição, às acções contra o bloqueamento dos salários, ao combate à repressão nas empresas, aos grandes movimentos de greve pelo cumprimento dos contratos colectivos, pelo pagamento de salários em atraso, pelo direito constitucional à negociação.

O ruído que os divisionistas conseguem fazer nos jornais da direita, na Rádio e na TV deve-se única e exclusivamente aos interesses partidários da direita

reaccionária, da recuperação capitalista e da ameaça do fascismo.

A luta pelos interesses comuns a todos os trabalhadores essa fica ao cuidado do Movimento Sindical unitário encabeçado pela CGTP-IN, a Central única dos trabalhadores portugueses.

É ela que dispõe da legitimidade, da representatividade e da força que demonstra diariamente nas negociações com o Governo e o patronato, nas grandes manifestações e nas campanhas contra a política antioperária dos Governos PS e PS/CDS, nos êxitos unitários das eleições sindicais, na reestruturação

orgânica do Movimento Sindical, no aumento do número de associações sindicais filiadas, na luta pela unidade, na solidariedade de classe contra a subordinação do trabalho ao grande capital explorador.

É contra essa capacidade real na CGTP-IN que atenta o divisionismo. É essa capacidade que os partidos da direita desejariam destruir, fragmentando o Movimento Sindical, de modo a torná-lo dócil e ineficaz, de modo a afastar de vez o poder de intervenção dos trabalhadores organizados na vida política, económica e social do País. Que não o conseguirão

demonstrou-o mais uma vez a participação inesquecível do 1.º de Maio de unidade e de luta que decorreu por todo o País, sem que para isso qualquer trabalhador sentisse a necessidade de mostrar uma insignia partidária. Para unir essas centenas de milhares de trabalhadores de todos os sectores de actividade e de todas as profissões bastou a defesa das conquistas de Abril e da Constituição, a luta contra o desemprego, os despedimentos e a repressão nas empresas, o combate à política de recuperação capitalista que tenta fazer recair sobre os trabalhadores todo o peso da crise geral do

capitalismo e de uma austeridade desigual.

Foi com a consciência do que estavam a defender e do projecto de sociedade que entendem construir que essas centenas de milhares de trabalhadores corresponderam ao apelo da CGTP-IN no 1.º de Maio, provando que não é uma palavra sem sentido o sindicalismo de massas do Movimento unitário, provando, para quem ainda duvide, que a unidade a Independência, a democracia e a liberdade sindicais são princípios firmes e perenes da CGTP-IN.

É desses princípios que falaremos a seguir.



Os mesmos direitos, as mesmas lutas repudiam as «lições» pluralistas e contam com a democracia e a liberdade sindicais, com a prática do Movimento Sindical unitário, para defender os interesses dos trabalhadores

Liberdade

A liberdade sindical é uma conquista real, com aplicação concreta, das massas trabalhadoras. Resulta da luta democrática contra o fascismo e contra o sistema que sustentava e dele vivia — o capitalismo monopolista e latifundiário em Portugal.

A Constituição de 1976, no seu artigo 57.º, reconhece «aos trabalhadores a liberdade sindical», como «condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses».

Mas essa condição e essa garantia não são cumpridas com a força e o âmbito que a Constituição lhes atribui. São, pelo contrário, em nome da liberdade,

usadas contra a unidade, direitos e interesses dos trabalhadores.

Ao consagrar a liberdade sindical, a Constituição não prega em abstrato uma liberdade qualquer. Define-a e delimita-a muito claramente dentro da construção da unidade. Não é um saco sem fundo onde caibam sindicatos sem trabalhadores, centrais sem sindicatos, federações com fins elitistas

baseados na divisão profissional e no interesse partidário de cada um.

Consignada nos Estatutos da CGTP-IN, a liberdade sindical, que teve uma demonstração indelével no Congresso de Todos os Sindicatos, onde foram aprovados os documentos que orientam a actividade do Movimento Sindical unitário, precisa de ser definida não apenas pelos trabalhadores organizados.

Defender a liberdade sindical, como condição e garantia da construção da unidade dos trabalhadores, é também um dever de todos os órgãos do poder a quem cumpre velar pelo cumprimento da Constituição.

A Lei Sindical (Decreto-Lei 215-B/75, de 30 de Abril), na parte que não foi revogada e está portanto em vigor, deve ser cumprida, nomeadamente quanto às normas a respeitar na constituição de associações sindicais.

A nova Lei Sindical, cuja discussão se fará na Assembleia da República, não pode contrariar o preceito constitucional que põe a liberdade ao serviço daqueles que dela devem fazer uso legítimo na constituição e na actividade das associações sindicais.

A liberdade sindical, quando contempla «direitos e interesses dos trabalhadores», não o faz para

contrariar o que outros artigos, expressamente ou não, considera concretamente como sendo o fundamento e o futuro desses mesmos direitos e interesses. A Constituição é homogênea. Não destrói à frente o que atrás consagrou.

Por isso, a liberdade sindical só pode ser encarada no quadro da consolidação da democracia a caminho do socialismo, através da criação de condições para o exercício do poder pelas classes trabalhadoras.

Assim ordena a Constituição. Nesse sentido se desenvolve a actividade do Movimento Sindical.

Independência

A Independência do Movimento Sindical está consignada na Constituição. Mas não é por isso uma oferta do poder. A Lei Fundamental de Abril consagra as conquistas fundamentais da classe operária e dos restantes trabalhadores. É ela própria uma conquista das massas trabalhadoras. A independência sindical depende, assim, fundamentalmente da força dos sindicatos, da sua unidade e organização. Depende, acima de tudo, da capacidade de defender os interesses comuns a todos os trabalhadores perante os avanços da recuperação capitalista e de ideologia que a acompanha, com destaque para a tentativa de impor a ideia absurda da «harmonia» entre o capital e o trabalho.

A conciliação de classes, frequentemente escondida pelos divisionistas, fica, no entanto, bem clara para todos quando as correntes do «sindicalismo democrático» e do «reformismo» se propõem atrelar as organizações sindicais ao carro do capital monopolista, contrariando a Constituição que subordina a consolidação da democracia ao caminho a percorrer pelo socialismo.

A conciliação ou colaboração de classes é um atentado à independência do Movimento Sindical.

Aparentemente, a liberdade sindical autorizaria a formação de sindicatos mesmo sem trabalhadores. Permitiria que elementos alheios à organização sindical, afectos ao patronato, ao Governo ou a partidos, lançassem organizações fantoches contra a unidade dos trabalhadores e ao

serviço da restauração dos monopólios e do latifúndio em Portugal. Aparentemente, a liberdade sindical autorizaria isso. Mas essa liberdade não é a que está consignada na Constituição, que condiciona a livre formação de sindicatos ao reforço da unidade e à defesa dos interesses, direitos e garantias dos trabalhadores.

É a sua unidade que não há independência que resista. Mas, isso importa pouco aos agentes da «liberdade» ao serviço da recuperação dos monopólios, cuja intenção é limitar a qualquer preço (mesmo ao preço do ridículo) a actividade sindical à reivindicação, de êxito cada vez mais reduzido, no campo dos salários, por força da divisão que pretendem manter frente a um adversário cada vez mais unido quando se trata de interesses comuns ao grande capital monopolista.

Os divisionistas pretendem desarmar politicamente o Movimento Sindical. Até agora só têm acumulado derrotas. Mas são persistentes. Subordinados como estão à ideologia das classes recuperadoras dos privilégios do fascismo, é preciso combatê-los. É preciso esclarecer os seus objectivos, sobretudo quando confundem deliberadamente a independência perante os partidos, o Governo, as confissões religiosas, o patronato e quaisquer organizações não sindicais — a independência que está consignada na Constituição, na Lei Sindical, nos estatutos das associações sindicais incluindo a CGTP-IN — com a «independência política» do Movimento Sindical.

Os trabalhadores sindicalizados não podem ser independentes da política que defende os seus interesses. Para os defender têm de apoiar essa política. Têm de apoiar a Constituição. Têm de apoiar os partidos que fazem dessa política a sua razão de ser. De outro modo, seria como pedir a um trabalhador que fosse independente perante si próprio, perante a sua família, perante as liberdades, garantias, direitos e interesses individuais e colectivos que ajudou a conquistar e que abandonaria para agrada a uns senhores que o querem despojar dessas conquistas.

Os defensores do «pluralismo» sindical são afinal claros nos seus propósitos que não são de hoje. Pretendem a todo o custo ludibriar, através da ideologia burguesa, trabalhadores que nunca ouviram outra. Entendem como campo seu e de fácil maneo a falsa ideia que confunde a negociação, a reivindicação e a luta com a colaboração entre o capital e o trabalho, com a conciliação de interesses inconciliáveis e que constituem a contradição principal das sociedades capitalistas.

A «independência política» dos reformistas e outros «socialistas democráticos» contra a democracia sindical tal como ela existe e é praticada no Movimento Sindical parte de um objectivo imediato e bem claro: atacar inconstitucionalmente a independência sindical, na tentativa de atrelar sindicatos ao PS, ao PPD e até ao CDS para justificar um «parceirismo social» pluralista que daria todas as armas ao parceiro do grande capital e deixaria para os trabalhadores a «liberdade» de se dividirem entre si, em vez de aceitarem a única divisão que, numa sociedade capitalista, defende os seus interesses e os interesses do País — a contradição entre o capital e o trabalho, que se reflecte num sindicalismo de classe, democrático e independente, aplicado e defendido pela CGTP-IN, a Central única dos trabalhadores portugueses.



A Independência sindical só tem sentido quando se defendem as conquistas de Abril

Democracia

Um sindicato não é uma comissão da Assembleia da República. A CGTP-IN não é um parlamento. A democracia de uma assembleia onde estão representadas, em princípio, todas as classes, não pode confundir-se com a democracia sindical onde só estão representadas as classes trabalhadoras e onde, tendo em vista os interesses nacionais, se defendem interesses, garantias, liberdades e direitos específicos e comuns a todos os trabalhadores.

O pluralismo, que bem ou mal caracteriza os parlamentos burgueses das sociedades capitalistas, seria uma aberração nos sindicatos.

Nesta hora em que o Movimento Sindical reafirma mais uma vez a sua força em democracia, convém lembrar a quem servem essas confusões e quais os objectivos que se pretendem atingir.

A democracia sindical está consignada nos Estatutos da CGTP-IN. Bem claro, o seu Artigo 5.º determina que a democracia «regula toda a orgânica e vida interna do Movimento Sindical, constituindo o seu exercício um direito e um dever de todos os trabalhadores, nomeadamente no que respeita à eleição e destituição dos seus dirigentes e à livre expressão de todos os pontos de vista existentes no seio dos trabalhadores, devendo, após a discussão, a minoria aceitar a decisão da maioria».

Trata-se aqui de preservar a democracia. Não há no Artigo 5.º

nenhum elemento que a possa falsear.

Falsear a democracia sindical seria, por exemplo, permitir que em associações de classe, como são provavelmente os sindicatos e todas as associações sindicais, se criassem organismos autónomos dependentes desta ou daquela facção, ou fracção, que actuariam como blocos antagónicos, como sindicatos dentro do sindicato, como centrais dentro da Central.

Essa miragem dos inimigos do Movimento Sindical unitário foi reprovada sem apelo no Congresso de Todos os Sindicatos.

E dessa reprovação saiu fortalecida a democracia.

Associações de classe, os sindicatos participam na luta de classes. A CGTP-IN, por exemplo, caracteriza-se por ser uma associação unitária, independente, democrática, de massas e de

classe. Deste modo, «a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional combate o princípio corporativo fascista (recuperado pelo «reformismo» e pelo «sindicalismo democrático») que nega a luta de classes».

A CGTP-IN «considera que a resolução dos problemas dos trabalhadores exige o fim da exploração capitalista e da dominação imperialista» (Artigo 7.º dos Estatutos).

As confusões «pluralistas», desfeitas diariamente pela fidelidade aos princípios, na prática democrática da Central única, interessam apenas aos defensores da exploração capitalista e da dominação imperialista de que falam os Estatutos da CGTP-IN. Por isso, essas confusões de aparência democrática, vão continuar na mira dos fundadores de sindicatos paralelos, dos propagandistas da divisão sindical, dos inimigos das classes trabalhadoras e dos seus servidores encartados pela social-democracia e pelas outras forças políticas que defendem o capitalismo monopolista de Estado.

Armar cada vez melhor os trabalhadores contra essas confusões é dever e proveito de todos os trabalhadores.

Unidade

Falar da unidade sindical nestes dias de Abril e Maio em Portugal é trazer à superfície o impulso decisivo do ano de 1977 para a consolidação e reforço do Movimento Sindical Unitário encabeçado pela CGTP-IN, a Central única dos trabalhadores portugueses.

Eleições sindicais e campanha pela unidade percorreram juntas um caminho que, doze meses depois do Congresso de Todos os Sindicatos, tornava claro aos olhos de todos que não se fez em vão este apelo:

«Reforcemos todos, participando construtivamente, a nossa Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses. Vamos todos alargar e consolidar a sua política unitária. Vamos garantir a sua vida democrática e independente. Vamos todos continuar o combate à cisão e assegurar uma acção coesa de massas e de classe, correspondendo às características e tradições históricas do heróico movimento operário português».

Em 6 de Janeiro de 1978, o Secretariado Nacional da CGTP-IN, num curto balanço para os jornalistas, reafirmava a sua

confiança na unidade e na combatividade dos trabalhadores. A prática unitária da Central manifestava-se nomeadamente pela adesão de mais 16 sindicatos no período que mediou entre a realização do Congresso (27 a 30 de Janeiro de 1977) e o mês de Dezembro do mesmo ano.

Cerca de 80 sindicatos não filiados na CGTP-IN passaram a participar regularmente nas suas estruturas (Plenário Nacional, Conselho Geral, Plenários e Secretariados das Uniãoes Distritais) representando mais de 350 000 trabalhadores. Alguns desses sindicatos, entre os mais importantes, como o da Função Pública da Zona Sul, concretizaram posteriormente a sua adesão à CGTP-IN.

Ao mesmo tempo que se avançava firmemente na participação e nos resultados das

eleições sindicais (em 111 sindicatos 86 elegeram, em 1977, corpos gerentes identificados expressamente com a CGTP-IN) cresciam também as grandes acções de massas. Cerca de 2 milhões e 300 mil trabalhadores participaram, depois de um amplo esclarecimento, nas grandiosas manifestações nacionais do 1.º de Maio, de 22 de Junho e do mês de Novembro contra a política antioperária do Governo, contra a recuperação capitalista, na defesa da Constituição e por melhores condições de vida e de trabalho.

Essa luta unitária intensificou-se nos primeiros meses do ano corrente. As vitórias nas eleições sindicais continuaram. Dezenas de sindicatos elegeram as listas da unidade e de luta contra o divisionismo. O plenário da CGTP-IN de 4 de Fevereiro findo confirmou e actualizou quantitativamente as propostas e as reivindicações aprovadas no Congresso de Todos os Sindicatos. Milhares de plenários de empresa e de zona continuaram a demonstrar sem equívocos

a força da unidade e o empenho no seu reforço.

Mas a luta não pára. Há muitas dificuldades a vencer. E não são apenas os obstáculos que os inimigos de classe lançam constantemente no caminho da unidade. São também as dificuldades internas. Por isso, mantêm toda a sua actualidade os apelos da CGTP-IN a todos os trabalhadores para que, «através do debate franco e aberto, feito em torno das soluções para os seus problemas, combatam o sectarismo e o oportunismo que apesar dos avanços já conseguidos, continuam a ser factores que dificultam a aproximação e a unidade entre trabalhadores».

Neste quinto 1.º de Maio depois da arrancada de Abril, as liberdades conquistadas devam servir ainda mais e a todos os níveis para desenvolver a unidade em bases sólidas, defendendo a Central única dos trabalhadores portugueses como conquista insubstituível no caminho constitucional de Abril.



Dar os braços, participar, defender a unidade entre trabalhadores e não contra eles, como quer o divisionismo, eis um princípio de luta, tarefa de sempre

Lutas e Tarefas

Paralisações

Entre 15 e 30 do mês passado mais de 20 empresas e sectores entraram em greve, propuseram-na para mais tarde, ou continuaram paralisadas já iniciadas, prevendo o seu prosseguimento até à satisfação de reivindicações que, de um modo geral, dizem respeito à luta pela contratação colectiva, pelo pagamento de salários em atraso, pela garantia de direitos adquiridos, contra despedimentos abusivos, contra a repressão em empresas e pelo cumprimento dos contratos colectivos de trabalho.

Entre as empresas e sectores que paralisaram ultimamente a actividade contam-se a Siderurgia Nacional, os pescadores de Peniche e Matosinhos, os conserveiros, os mineiros da Panasqueira e do Pejão, a indústria hoteleira, incluindo restaurantes, cafés e «snacks», a J. Pimenta, a Grão-Pará e aviários. Paralisações de vulto prevêm-se no sector farmacêutico e nas Telecomunicações dos CCT. Entretanto, os trabalhadores da Função Pública, depois de duas paralisações nacionais, com grande adesão, reiniciavam as negociações com o Governo

e os professores aprovavam novas formas de luta.

A luta nos têxteis

Despedimentos colectivos, desclassificações, ameaça de desemprego para muitas centenas de trabalhadores, que se contam entre os mais mal pagos do país, são o lote diário do sector têxtil. Alguns exemplos: Empresa Fabril do Norte suspende 135 trabalhadores, Outex tenta a desclassificação de 17 trabalhadores, Fiação Oriental ameaça de desemprego 600 trabalhadores, Alberto Pombal despede um dele-

gado sindical e provoca uma greve de protesto, Levitex mantém há cinco meses e meio cerca de 100 trabalhadores sem salários. Os sindicatos do sector têm decretado paralisações, tomam iniciativas para resolver os problemas e apoiam os trabalhadores exigindo do Governo medidas contra as arbitrariedades patronais e auxílio às empresas que ameaçam falir.

O jarro entornado sobre a «Carta Aberta»

A direcção do Sindicato dos Seguros do Sul, membro da «Carta Aberta», ou

«Madisca», mandou suspender três trabalhadores do Sindicato com o pretexto risível de um jarro de água entornado. Os outros empregados do Sindicato tentaram firmemente contra essa atitude que se destina a abrir caminho ao despedimento dos colegas suspensos em troca da admissão de trabalhadores a título precário. Boa maneira de começar em casa a defesa dos interesses dos trabalhadores!

Rurais de Bragança têm sindicato

Instalado em Mirandela, com estatutos aprovados,

iniciou a sua actividade o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Bragança. É o quarto sindicato agrícola criado no Norte do país.

MDF: que se cumpra a promessa do MIT!

Em conferência de Imprensa, os representantes dos trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira consideraram que «a proposta apresentada pelo Ministério da Indústria e Tecnologia (MIT) está de acordo com propostas feitas anteriormente pelas comissões de trabalhadores». Um desses

representantes declarou: «pela primeira vez, se afirmou categoricamente que a solução encontrada pelo Ministério para a MDF não lesa os interesses do pessoal e tende a garantir-lhes os postos de trabalho».

A proposta do MIT, que vai ser submetida a Conselho de Ministros, prevê a transformação da MDF numa empresa mista onde o Estado detém a maioria do capital. Segundo a proposta do Ministério, o Estado concederá à empresa um aval superior a 200 mil contos para abertura dos financiamentos necessários às encomendas em carteira, conseguidas

por diligência das comissões de trabalhadores. Por outro lado, o MIT prevê a aplicação aos trabalhadores da MDF da Portaria de Regulamentação de Trabalho dos Metalúrgicos, actualizando os salários que não foram aumentados desde 1975.

Visu na CGTP-IN

Por unanimidade, a primeira assembleia distrital de delegados do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Visu aprovou a filiação na CGTP-IN.

1.º de Maio de 1978: Uma jornada inesquecível

Esta selecção de imagens refere-se aos desfiles em Lisboa e em três capitais de distrito: Porto, Coimbra e Évora. Mas manifestações igualmente grandiosas realizaram-se em mais cerca de cem localidades desde o Minho ao Algarve e às Ilhas



Coimbra: grande adesão e entusiasmo



Porto: Uma imensa multidão



Misturada no meio da multidão, uma delegação do Comité Central do PCP



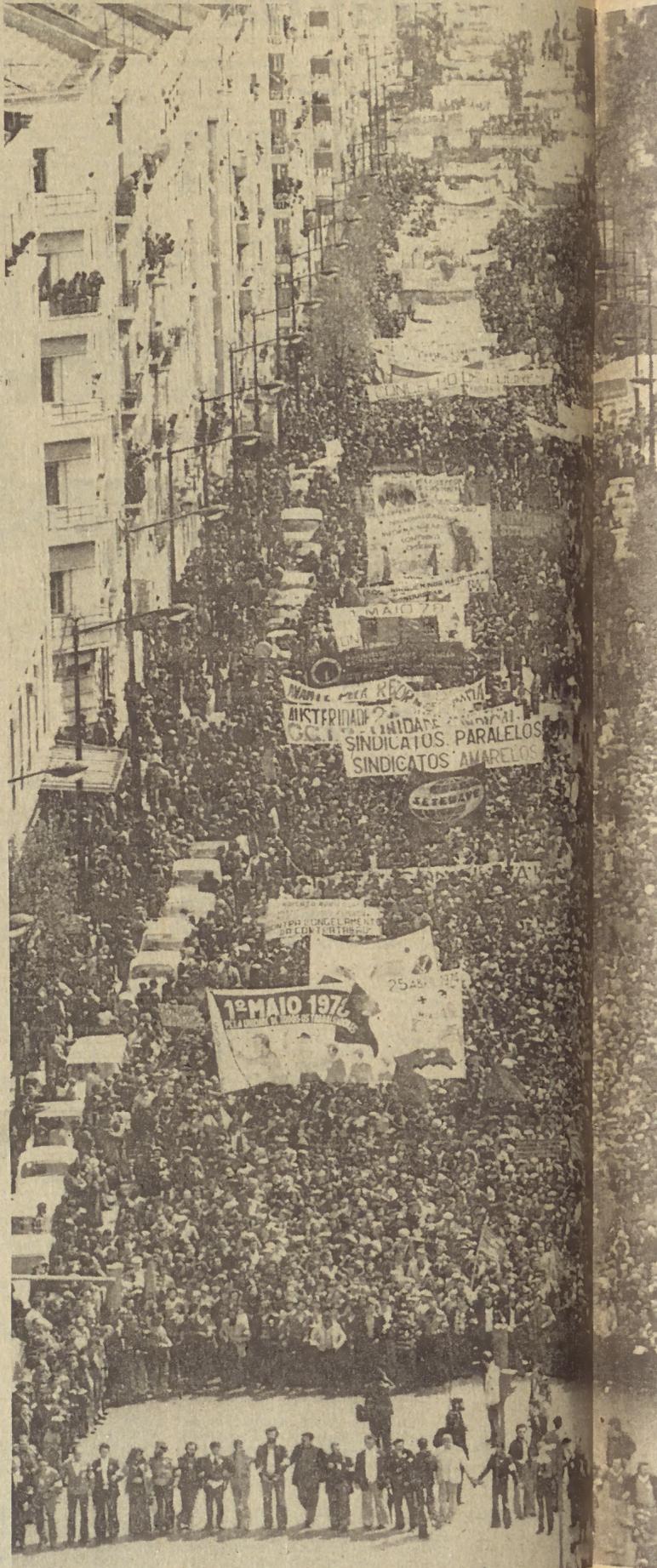
A juventude disse: Presente!



Dezenas e dezenas de cartazes e panos plenos de significado



Os manifestantes exprimiram reivindicações que são de todo o povo trabalhador

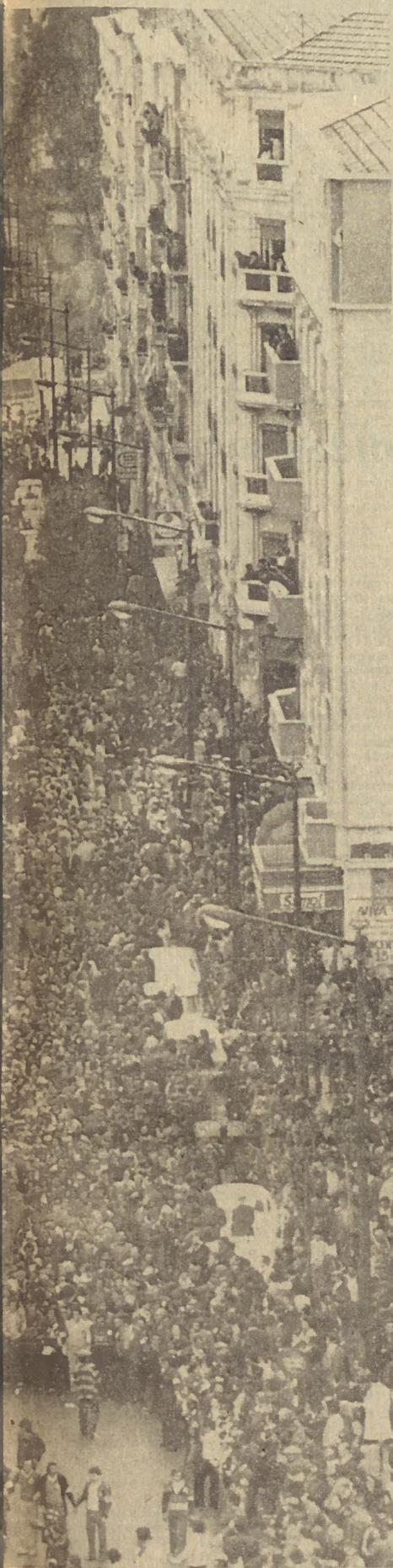


Aspecto parcial da manifestação subindo a Av. Almirante Reis

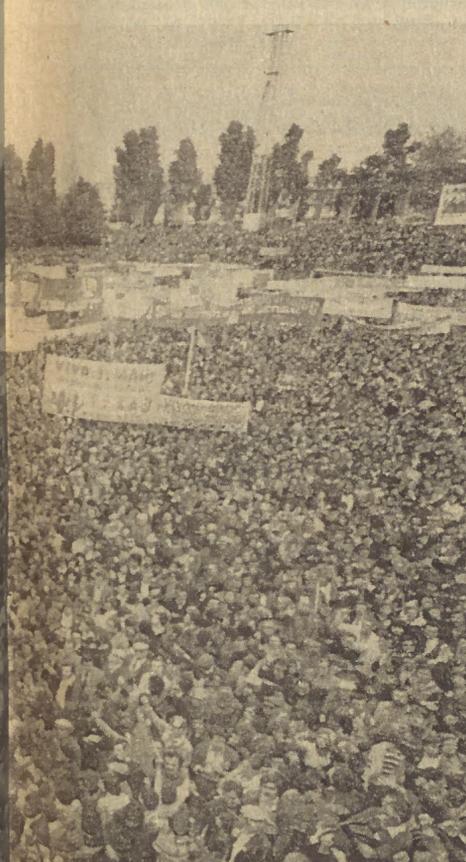
Emoldurando o Estádio, grandes cartazes definem e resumem o significado da jornada



Uma imagem impressionante do Estádio 1.º de Maio



A direita, o Estádio 1.º de Maio já cheio; à esquerda, o cortejo compacto ainda a caminho



Ninguém ficou em casa



Eles já trabalharam o que tinham a trabalhar. Mas os interesses são os mesmos



Membros do secretariado da CGTP integrados na manifestação.



Flores de alegria e esperança na grande jornada de Maio



As duas imagens são de Évora. Mas em outros locais do Alentejo, nomeadamente em Beja, dezenas de milhares de trabalhadores participaram na grande jornada



Semana

26

Quarta-feira

1974 - É dado a conhecer o Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA).

A paralisação dos trabalhadores conserveiros, em todo o país, regista uma adesão próxima dos 95 por cento. A luta desenrola-se pelo facto do patronato não querer negociar o CCT para o sector.

■ Também os pescadores de Peniche paralisaram a partir da meia-noite no intuito de obrigarem os armadores à negociação do novo CCT e que estes, até agora, têm boicotado. ■ Entre 90 a 95 por cento dos trabalhadores da Siderurgia Nacional aderem à greve de 4 horas, forma de luta contra o projecto de regulamento disciplinar que a comissão administrativa pretende impor. A greve tem em vista, também, o início das negociações para a revisão do ACT.

■ Multiplicam-se por todo o país as adesões às comemorações do 1.º de Maio. ■ A chamada Associação Livre de Suinicultores, conotada com a CAP, ameaça cortar o abastecimento de carne de porco. ■ A Comissão Política do Comité Central do PCP apela à participação nas comemorações do 1.º de Maio, data que mesmo nos piores períodos da repressão fascista nunca deixou de ser assinalada pelo Povo português.

27

Quinta-feira

1974 - Os presos políticos do regime fascista encarcerados em Casitas e Peniche, são libertados.

O Governo, em nota oficiosa, relativamente aos incidentes verificados nos Açores com o ministro Almeida Santos, "reafirma que a ordem democrática e a autoridade do Estado serão asseguradas no arquipélago". ■ O capitão Andrade da Silva é condenado a 20 meses de prisão. A defesa recorre da sentença. ■ Os armadores boicotam a venda de peixe fresco em Lisboa. O conflito relaciona-se com a fuga ao pagamento de uma taxa de 2,5 por cento sobre as vendas. ■ Em relação aos resultados de 1977, a CUF, que agora faz parte da Quimigal, revela ter recuperado financeiramente de maneira espectacular. ■ O Secretário Nacional da CGTP/Intersindical Nacional enuncia os princípios que considera indispensáveis que sejam consagrados na Lei das Comissões de Trabalhadores, que será novamente discutida na Assembleia da República. Esta lei, no seu antecedido anterior, tinha sido considerada anticonstitucional. ■ O plenário dos trabalhadores da Flessey Automática decide prolongar até 5 de Maio a greve, ao mesmo tempo que baixa de 1400\$00 para 1000\$00 a respectiva proposta de aumento salarial. ■ Freitas do Amaral, do CDS, e Meneses Pimental, do PPD/PSD, são recebidos em Belém pelo Presidente da República. ■ Durante a reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, a Aliança Povo Unido (APU) condena a constituição do Conselho Municipal.

28

Sexta-feira

1643 - São executados alguns dos conspiradores que pretendiam derrubar D. João IV.

Reúne-se pela primeira vez o Conselho Nacional do Plano. ■ A Comissão Política do PPD, de S. Miguel, considera "desestabilizadora e contrária ao interesse nacional" a presença, nos Açores, do ministro da República, general Galvão de Figueiredo. ■ A Polícia Judiciária faz gerar uma tentativa de assalto à sua Direcção do Porto. ■ A Polícia Judiciária promove uma campanha de segurança e protecção aos trabalhadores gasoleiros. ■ A Confederação Nacional da Agricultura revela que cerca de duas dezenas de organizações da lavoura do Distrito de Lisboa já solicitaram a sua adesão. ■ Os trabalhadores do comércio do Pão de Açúcar conseguem o compromisso da administração em pagar os salários mínimos fixados na PRT. ■ O Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Similares impugna a nova PRT. ■ O Secretário de Estado da Comunicação Social, João Gomes, divulga o Projecto de Bases Gerais da Política de Informação, possibilitando a discussão sobre o seu conteúdo. ■ São empossados os membros do Conselho de Gerência da empresa pública Návios (Navegação de Portugal - EP). ■ Durante uma entrevista broadcastada aos jornalistas espanhóis, Mário Soares considera o separatismo como "um trampolim para uma tentativa de regresso ao fascismo". ■ A romagem ao túmulo de Salazar em Santa Comba Dão, traduz-se por um fiasco. São mais os jornalistas do que osromeiros.

29

Sábado

1974 - Face à sabotagem, o Sindicato dos Bancários controla a saída de divisas.

Termina o boicote de peixe fresco a Lisboa. A mudança da atitude dos armadores ocorre depois de uma reunião com o presidente da Câmara Municipal de Lisboa. ■ A Assembleia Municipal do Porto denuncia a má gestão da edilidade ao apreciar as contas do ano findo, onde sobressai um saldo positivo de 363 000 contos, apesar das inúmeras carenças da cidade. ■ A Secretaria de Estado da Comunicação Social recorda que é anticonstitucional e portanto proibido "o acesso de entidades privadas à propriedade da televisão". A nota surge depois da notícia de que se teria formado uma cooperativa para a exploração de uma estação de televisão. Os cooperantes eram, entre outros, o almirante Pinheiro de Azevedo e o capitão Tomás Rosa. ■ O secretário da Federação de Coimbra do PS manifesta a sua apreensão pelo avanço crescente das forças da direita, exortando os órgãos de soberania a tomarem as medidas que a situação requer. ■ Ao regressar a Portugal, o ministro dos negócios Estrangeiros, Sá Machado (CDS) manifesta a esperança de que comecem em Outubro as negociações para a admissão de Portugal no Mercado Comum.

30

Domingo

1974 - O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, chega a Lisboa.

Os trabalhadores agrícolas do Distrito de Bragança aprovam os estatutos do respectivo sindicato, com sede em Mirandela. Trata-se do quarto sindicato agrícola que se constitui no Norte. ■ Em Santarém, a CAP faz ameaças e exige a demissão do ministro da Agricultura e Pescas. ■ Durante uma digressão pelo distrito de Aveiro, visitando as sedes do seu partido, Freitas do Amaral desmente descrições no seio do CDS. ■ Em Madrid, Mário Soares revela que o Governo português está a chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional. ■ O Torneio Internacional de Atletismo 1.º de Maio, promovido pela CGTP/Intersindical Nacional e organizado com a colaboração da Federação Portuguesa de Atletismo constitui a maior iniciativa da modalidade até agora realizada. Cerca de 20 mil pessoas assistem ao Torneio.

1

Segunda-feira

Dia Mundial dos Trabalhadores.

As comemorações unitárias do Dia Mundial dos Trabalhadores são a tônica em todo o país. Grandes manifestações realizam-se em Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Évora, Beja, Marinha Grande, Leiria, Gouveia, Angra do Heroísmo, Funchal, na freguesia da Maia (ilha de S. Miguel), no Faial. Mais de cem localidades do país comemoram o 1.º de Maio. Cerca de um milhão de trabalhadores participaram nas comemorações unitárias. ■ O Partido Socialista comemorou o 1.º de Maio com uma concentração no Alvíto (Parque de Monsanto). Alguns milhares de pessoas estiveram presentes assistindo ao espectáculo e ouvindo os oradores.

2

Terça-feira

1975 - É elevado para 4000\$00 o salário mínimo nacional.

A cidade de Setúbal e arredores poderão beneficiar da extensão do passe social, revela a Imprensa. A decisão depende ainda do parecer da Câmara Municipal daquele concelho. ■ Parte para Viena uma delegação da Assembleia da República, que vai participar na 3.ª Conferência Interparlamentar sobre Cooperação e Segurança Europeias.

Os Comunistas na Assembleia da República

PPD novamente isolado

Depois das actividades separatistas-fascistas terem dominado as atenções na Assembleia da República, e após a celebração solene do quarto aniversário do 25 de Abril, os assuntos mais em foco nas últimas sessões da Assembleia da República foram a independência do poder judicial e as relações entre os órgãos de soberania, por um lado, e a actividade do Governo, por outro.

O primeiro problema foi levantado com a apresentação, pelo PPD, de

um voto de protesto contra declarações do Primeiro-Ministro do deputado do PS Manuel Alegre. Essas declarações, recorde-se, criticaram a decisão do juiz que mandou libertar cinco dos agressores de Almeida Santos.

A discussão deste voto daria lugar a uma situação até agora inédita na Assembleia da República. O Presidente Vasco da Gama Fernandes deixou o seu lugar na Mesa da Presidência a fim de, na sua

qualidade de deputado, poder intervir na discussão do voto em causa, intervenção que viria a merecer os aplausos de todos os grupos parlamentares, à excepção, como é natural, do PPD.

PPD que vai ficando cada vez mais isolado na sua estratégia de ataque sistemático à Constituição da República. O seu voto foi rejeitado por maioria — apenas os deputados do PPD o votaram favoravelmente. Aliás, a actuação do PPD a este respeito viria a ser bastantes vezes denunciada no decorrer do debate, nomeadamente através da intervenção do deputado do PCP Veiga de Oliveira, que acentuou o facto de o PPD pretender incentivar a reacção, dando cobertura a actos que foram exercidos não em defesa, mas contra o Estado democrático.

O debate acerca da independência do poder judicial irá prosseguir na sessão de hoje, uma vez que foi apresentado pelo CDS à Assembleia um voto de saudação à magistratura portuguesa, voto que será votado na sessão de hoje.

A actividade do Governo foi abordado através de uma sessão de perguntas ao Governo, com a presença de vários dos seus membros. Perguntaram seis deputados do PCP e um deputado do PPD, que apenas pretendem saber quando se destruiria a Reforma Agrária.

As questões postas pelo PCP versaram o plano de aplicação da verba prevista no OGE para saneamento das empresas públicas, os acordos dentro do "grande empréstimo" não dependentes do resultado final das negociações com o FMI, as medidas para indemnizar os produtores agrícolas afectados pelas anormalidades no fornecimento de sementes, as medidas para incentivar a produção pecuária e leiteira, o debate público das bases gerais do ensino e o sistema público de educação pré-escolar.

○ O deputado do PPD Américo Sequeira, para falar sobre problemas de Viana do Castelo, remontou ao tempo do... Paleolítico Inferior; o deputado Amândio de Azevedo, para falar da independência dos tribunais, citou a «Apologia de Sócrates», de Platão. Pergunta-se: gosto pela História ou desejo de regresso ao passado?

○ Quando a Assembleia da República discutia o voto de protesto do PPD sobre o problema da independência do poder judicial e no momento em que Vasco da Gama Fernandes usava da palavra na sua qualidade de deputado, foi muito notada a saída do hemiciclo dos deputados do PS Medeiros Ferreira e António Barreto. Momentos mais tarde, foi igualmente muito notado o longo passeio pelos «Passos Perdidos» que o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros dava acompanhado do líder do CDS Amaro da Costa. Estaria este, ao abrigo dos acordos de cooperação firmados entre o seu partido e o PS, a tentar convencer

Medeiros Ferreira de que não devia tomar atitudes daquelas?

○ Após a interrupção da sessão plenária, a pedido do PS, depois da apresentação pelo PPD do voto sobre o poder judicial, e quando o presidente em exercício mandou reabrir a sessão, na bancada do CDS encontrava-se apenas presente um deputado daquele partido, Cunha Reis. Dos outros, é caso para dizer que nem sombras... E foi preciso Cunha Reis, solicitado pelo Presidente, ir lá fora chamar os seus colegas, para aquela bancada ficar um pouco mais bem composta.

○ Causou alguma perplexidade na Assembleia da República o argumento desportivo de respeito pelo árbitro utilizado por Amândio de Azevedo para justificar o voto do PPD sobre a independência do poder judicial. Terá sido influência do deputado daquele partido que pertence ao Conselho Jurisdicional da Federação Portuguesa de Futebol?

Ocupações: tardam medidas urgentes para evitar pesadas consequências sociais

A reivindicação popular de amnistia e regularização de ocupações é justa. Um milhares de moradores-ocupantes que nos seus locais de habitação se têm organizado para fazer face a obstáculos crescentes. Tal reivindicação tem o apoio de órgãos de poder local espalhados por todo o país — disse-nos a deputada comunista Alda Nogueira, a propósito do Projecto de Lei 98/I, apresentado há alguns meses pelo Grupo Parlamentar do PCP e incluído na ordem do dia da sessão plenária do passado dia 26, de onde veio a ser retirado mediante requerimento apresentado pelos grupos parlamentares do PS, do PPD e do CDS, que pretendem ver o projecto de novo apreciado na comissão parlamentar especializada.

Registe-se aliás que, na sessão em que estava prevista a discussão deste texto, se

incluiu na ordem do dia a discussão de um outro que só contemplava — aliás de forma incorrecta — a questão da amnistia. Esse texto foi apresentado pela UDP, cujo deputado, estranhamente, não esteve presente, nem ao menos para tomar conhecimento de que o seu projecto de lei iria de novo regressar à comissão especializada.

O projecto de lei apresentado pelo nosso Grupo Parlamentar — salientou-nos Alda Nogueira — pretende desde já minorar as consequências negativas mais gritantes da aplicação do regime definido no Decreto-Lei 249/77 — a lei sobre as ocupações, do I Governo do dr. Mário Soares. Paralisso, propomos que se permita também a regularização das ocupações realizadas entre 14 de Abril de 1975 e 31 de Dezembro de 1977, em

resolução da questão das ocupações.

Afigura-se-nos justo eliminar a sanção criminal que vem pesando sobre quem tenha procedido a ocupações de fogos devolutos desde 14 de Abril de 1975 a 31 de Dezembro de 1977. A providência seria, no entanto, incompleta e mesmo demagógica se não se curasse de permitir a regularização dessas ocupações. Amnistia e regularização são, em nosso entender, questões incluíveis — salientou ainda Alda Nogueira.

E, a finalizar, a deputada do PCP acentuou: O projecto de lei por nós apresentado contém apenas e no entanto medidas de carácter urgente. A sua não adopção dentro de um muito curto prazo terá pesadíssimas consequências sociais, que importa evitar. Juntamente com todos aqueles que desejem a justa e expedita regularização das ocupações, os deputados comunistas não pouparão esforços para que estes objectivos venham a ser atingidos.

Dia a Dia

Alteração à Lei das Autarquias

Na sessão do passado dia 26, a Assembleia da República aprovou um projecto de lei do PS e uma proposta de lei do Governo, que alteram algumas disposições da Lei das Autarquias. Assim, enquanto nos anteriores dispositivos da mesma lei, bastava o esgotamento da possibilidade de substituição de um dos membros da Câmara para que fossem necessárias novas eleições, a partir de agora — e de acordo com as alterações aprovadas — essas novas eleições só terão lugar quando não estiver em efectividade de funções a maioria legal dos membros da Câmara. Estas eleições serão marcadas no prazo de um mês pela Assembleia Municipal, realizando-se entre o 70.º e o 80.º dia subsequente à marcação. Estas alterações foram aprovadas pelo PS, PCP e CDS, tendo-se registado a abstenção do PPD.

Conselho de Imprensa

Com os votos contra do PPD, a AR aprovou por

maioria, em votação final global, o texto alternativo elaborado pela comissão parlamentar especializada ao Projecto de Lei 49/I, apresentado pelo PPD, que tinha sido rejeitado na generalidade.

Conselhos de Informação

O Projecto de Lei 110/I, subscrito por deputados dos 4 grupos parlamentares, e contendo alterações, consideradas necessárias, à lei 79/77 sobre os Conselhos de Informação, foi aprovada na generalidade por unanimidade, tendo baixado à comissão parlamentar especializada, para discussão e votação na especialidade. O PCP anunciou a intenção de formular algumas propostas de alteração.

Actividades do Grupo Parlamentar do PCP

No decorrer das duas últimas semanas, o Grupo Parlamentar do PCP manteve

entrevistas com numerosas delegações. Comissões de Trabalhadores: J. Pimenta, Siderurgia, Supermercados A.C. Santos, Casa Capucho, Metalúrgica Duarte Ferreira; grupo de pequenos agricultores dos Açores; delegação de moradores da Cruz Quebrada; funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino; Associação dos Inquilinos Lisboenses; estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa.

No mesmo período foram formulados ao Governo sete requerimentos sobre: o CCT para o sector rural dos distritos de Santarém e Lisboa; aquisição pelo MIT de aparelhos de origem estrangeira quando existe produção nacional desses aparelhos; engajamento de trabalhadores portugueses para o Iraque e Arábia Saudita; rede eléctrica da freguesia de Santa Marinha do Zêzere; degradação do litoral na zona de costa marítima entre Madalena e Cortegaça; aplicação da Lei 11/78, relativa à concessão de isenções fiscais na compra de veículos para deficientes; jardim infantil

Delegação da AR em Viena

Uma delegação da Assembleia da República, composta pelos deputados Rodolfo Crespo e Luis Filipe Madeira (do PS) Cunha Leal (do PPD), Henrique Pereira de Moraes (do CDS), e Alda Nogueira (do PCP) encontra-se desde a passada terça-feira em Viena de Austria, a fim de participar na 3.ª Conferência Interparlamentar sobre a Cooperação e a Segurança Europeias.

Voto sobre o Brasil

Por proposta do PS, a Assembleia da República aprovou um voto de saudação ao povo brasileiro, a propósito da realização no Brasil da Semana das Comunidades Luso-Brasileiras. Apenas votou contra o deputado da UDP, tendo os restantes votado favoravelmente.

Intervencões

«Os TFP continuam a lutar pelo direito à negociação»

Os trabalhadores da Função Pública continuam a lutar pelo direito à negociação enquanto a posição do Governo face a esta questão se mantém bastante antiqua.

(...) Outro problema que aqui nos traz hoje é o da tabela salarial. É conhecida a intransigência do Governo ao estipular o quantitativo global do aumento em 6 milhões de contos (...)

Saudando a consciência e o sentido das responsabilidades que os

trabalhadores da Função Pública têm demonstrado ao longo de todo este tempo, por um lado, não podemos deixar de salientar, por outro, que nesta Assembleia há um largo consenso, a congratulamo-nos por esse facto, em reconhecer as suas razões. Há unanimidade em reconhecer que é possível ao Governo (basta para isso vontade política) a alteração da tabela salarial e assim conseguir encontrar uma saída que o dignifique e salvaguarde, no mínimo, os interesses desta tão larga camada de trabalhadores. (Sousa Marques, em 2/5/78).

Os direitos das crianças

A ninguém poderão passar hoje despercebidos os graves problemas que atingem as crianças portuguesas. Nenhum de nós tem o direito de cruzar os braços perante este problema, pois que está em causa o futuro dos nossos filhos, dos filhos do Povo português. Queremos referir-nos especialmente aqueles que trabalham todo o dia, quer na cidade ou no campo, derramam o suor do seu rosto para, afinal, darem um magro contributo às carências de toda a ordem que sofrem os seus filhos. Falamos especialmente daqueles que têm a sua casa como escola, que têm por berço uma enxerga no chão, e como alimento uma cõdea de pão duro e muitas vezes simples água em vez de leite. (Fernanda Patrício, em 26/4/78).

férias de verão na União Soviética

visitando: **MOSCOVO * LENINEGRADO * KIEV**

CONTACTE O DEPARTAMENTO DE TURISMO, DAS 15 H AS 20 H

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-URSS

RUA DE S. CAETANO (À LAPA) 30 — TELEFONE 60 11 99 — 60 10 99

Escândalo dos cereais: desmontar calúnias apurar culpas, esclarecer a opinião pública!

A incúria, incompetência ou mesmo sabotagem que colocam em perigo as searas, acrescentou-se o mau tempo, comprometendo colheitas semeadas com o entusiasmo de quem sabe constituir a batalha pela produção de uma das frentes de combate pela democracia.

Comentando as consequências destes factores na vida das UCPs e dos pequenos e médios agricultores, um elemento do Secretariado das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora salientou que «se se vierem a registar grandes prejuízos, entendemos que o Estado deverá conceder um subsídio às UCPs, cooperativas agrícolas e pequenos agricultores, de forma a que possam fazer face à situação criada».

Interrogado sobre a concessão destes subsídios, o governador civil de Évora, eng. Manuel da Costa, afirmou à ANOP que «esse subsídio é atingido quando as culturas são atingidas por catástrofes, o que não é o caso», e que «além, o próprio seguro agrícola, que está previsto na Constituição, aponta para situações desse tipo e não das do presente. Acrescenta o senhor Manuel da Costa que «há, no entanto, o caso já conhecido de uma instalação pecuária, situada numa quinta de Barba Rala, que foi seriamente danificada pelo vendaval e a cujo proprietário irá ser concedido um subsídio».

suas razões... Razões que, no entanto, só podem basear-se numa interpretação extremamente subjectiva do texto da Constituição e, como tal, não podem servir de argumentação para negar às unidades colectivas e aos pequenos e médios agricultores o subsídio a que estes, numa interpretação objectiva do articulado da Constituição, têm inegavelmente direito. Senão vejamos o que diz a este respeito a Constituição, no seu artigo 102.º:

«1.º Os pequenos e médios agricultores, individualmente ou agrupados em cooperativas, as cooperativas de trabalhadores agrícolas e as outras formas de exploração colectiva por trabalhadores têm direito ao auxílio do Estado».

«2.º O auxílio do Estado, segundo os esquemas da Reforma Agrária e do Plano, compreende nomeadamente:

(a)... b)... c) Socialização dos riscos resultantes dos acidentes climáticos e fitopatológicos imprevisíveis ou incontroláveis».

As geadas caídas no mês de Fevereiro, as chuvas de granizo as grandes chuvadas podem não ser



«Searas que não foram poupadas: as UCPs exigem do Governo um inquérito total que defina as responsabilidades no fornecimento das sementes importadas...»



«... e o pagamento de indemnizações a todas as cooperativas e demais produtores atingidos pelos prejuízos causados pela utilização de tais sementes»

consideradas imprevisíveis, mas não há dúvida de que são para já incontroláveis...

Não são apenas as queixas dos trabalhadores das unidades colectivas e dos pequenos e médios agricultores ecoando por todo o País, mas também os dados incontroláveis do Instituto

Nacional de Estatística que concluem «são pouco optimistas, na generalidade, as perspectivas de produção do ano cerealífero». Muitas culturas, segundo o INE, foram completamente perdidas (exemplo, as de fava e ervilha, nomeadamente na Beira Litoral), o encharramento de terras afectou

seriam os cereais de pragana e, quanto a valores das principais produções, comparados com os do ano anterior, verificaram-se quebras acentuadas no trigo (menos 71,4 por cento), no centeio (menos 45,5%), no vinho (menos 33,4%), no azeite (menos de 24%).

Será firme a luta por subsídios

«Uma informação pública que salvaguarda as responsabilidades dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores» em relação à perda de centenas e centenas de hectares de searas de trigo, aveia e cevada, eis uma reivindicação dos Secretariados Distritais das Unidades Colectivas e Cooperativas Agrícolas de Beja, Évora e Portalegre, que não poderá deixar de encontrar eco nas instâncias competentes. Na realidade, a não ser feita tal informação, a opinião pública esclarecida sobre as causas que este ano determinam uma fraca colheita na maior parte das regiões do País será abalada pelos ataques e calúnias que repetidamente as forças reacçãoárias lançam sobre os trabalhadores da Reforma Agrária. E a manipulação da opinião pública, a desinformação intoxicante que sistematicamente sectores da direita conduzem impune não prestígiam nem beneficiam o País, não servem a consolidação da democracia e os interesses populares.

Muitos são os órgãos de Comunicação Social (alguns do sector estatizado) que praticamente têm silenciado o já chamado «escândalo das sementes». Estes mesmos órgãos, não por acaso, evidenciam-se pela sua destreza em noticiar, com destaque, as ameaças de captares de cortar o fornecimento da carne de porco ou do proceder

unicamente a dever, sem que o energético esforço dos trabalhadores seja tido ou achado para os resultados obtidos. São os mesmos que, no caso de anomalias no fornecimento de sementes como sucedeu nas sementeiras de Outono, ou quando o tempo é de má feição, procuram responsabilizar os trabalhadores, procuram, em suma, pôr em causa todo o processo da Reforma Agrária. Quer num caso quer noutro, quer se verifiquem boas ou más colheitas, estes órgãos de (des)informação sistematicamente fazem por esquecer a linguagem das estatísticas oficiais testemunhando, em todos os casos e à evidência, que quando ocorrem bons resultados, os da zona da Reforma Agrária são os melhores do país e que, quando a produção se revela má, são os distritos da zona intervencionada os que apresentam os resultados menos maus em relação a todas as outras regiões.

A cada um as suas responsabilidades O escândalo dos cereais foi já há

algum tempo denunciado, com factos, pelos Secretariados Distritais das Unidades Colectivas e Cooperativas Agrícolas de Beja, Évora e Portalegre. Recordemos a posição assumida por estas organizações do sector da Reforma Agrária:

«A EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais) forneceu, este ano, variedades novas de sementes importadas que, tudo leva a crer, não foram previamente analisadas e experimentadas, verificando-se agora que não se adaptam às nossas condições climáticas com evidentes prejuízos não só para as cooperativas e demais produtores como para a economia nacional».

De facto, as searas de trigo semeadas com «siete siores» apresentam-se ratas e dificilmente darão grão, o mesmo acontecendo com as searas de aveia e cevada «Aramir» que estão a secar e a desaparecer prevendo-se que nem palha dêem. O fracço poder germinativo das sementes e a sua produtividade, no caso do trigo,

e o facto de ter sido fornecida semente para forrags em vez de semente para grão, no caso da aveia e da cevada, são, segundo tudo leva a crer, as razões do estado actual das searas».

A opinião pública tem ainda presente o esforço extraordinário dos trabalhadores na realização do que decidiram tomar as maiores sementeiras de Outono jamais verificadas. A este esforço não corresponderá uma boa colheita: eis um facto de que já ninguém duvida. Mas a quem cabem as responsabilidades?

«As forças da reacção e dos grandes agrários — a CAP — através da sua imprensa tentam aproveitar-se desta situação, da responsabilidade dos serviços oficiais, para lançarem mais uma campanha contra a Reforma Agrária e contra as empresas públicas e nacionalizadas. A verdade é que foram essas mesmas forças, durante 48 anos, os verdadeiros responsáveis pelo atraso da nossa agricultura e pela exploração dos trabalhadores do campo».

O ministro da Agricultura e Pescas já reconheceu publicamente que pensa ter existido «uma certa ligeza de quem importou» o tipo de sementes não adequadas, não avisando os agricultores sobre os respectivos ciclos vegetativos. Está aberto um inquérito. Concluído este, todos os trabalhadores esperam que não seja dado mais espaço às calúnias da reacção, que não seja mais permitido que as forças de direita e a imprensa, que directa ou indirectamente controlam e influenciam, escamoteiem e desviem as responsabilidades do escândalo dos cereais e as suas funestas consequências na economia nacional. E também, de modo imperioso, os trabalhadores esperam que não seja mais permitido suceder que «a agricultura portuguesa e com ela a Reforma Agrária; o esforço criador dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores» se encontre «à mercê da incúria, da incompetência ou, até mesmo, da sabotagem de quem não quer o progresso do país».

PS impõe Conselho Municipal

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida na passada quinta-feira, recusou-se a alterar a composição do Conselho Municipal que tanto repúdio tem suscitado entre a população da capital.

Este assunto voltou à Assembleia por iniciativa da APU que, no período de antes da ordem do dia e após a leitura de inúmeros protestos contra a exclusão do povo do Conselho Municipal inumerou as razões que a impediam de apoiar a mais lamentável proposta feita pelo grupo PS.

Como fez notar Joaquim Campino, há que respeitar a vontade de popular e ter coragem de aceitar que houve erro ou imponderação. Consideramos inteiramente legítimos os protestos

populares e as diligências da população de Lisboa e dos trabalhadores. Usam o direito de reclamação e protesto de acordo com os direitos, de acordo com a Constituição.

Sublinhando não haver por parte da APU qualquer intenção de provocar divisões entre os eleitos socialistas, aquele vereador do «Povo Unido» sublinhou: «A nossa atitude representa apenas o nosso real convencimento de que é nosso dever opor-nos, por todos os meios que a lei nos concede, a uma má proposta do PS e a uma má votação da Assembleia Municipal».

Não obstante o negável repúdio suscitado pela exclusão do Conselho Municipal das comissões de moradores, de trabalhadores, das colectividades

populares, das organizações de mulheres, da reforma dos estudantes e pela inadmissível ingerência no movimento sindical, os eleitos pelo PS (que têm a maioria absoluta naquele órgão autárquico) não quiseram reconceder a decisão tomada.

Desmascarando completamente a sua opção, os socialistas, pela voz de Nuno Godinho de Matos, tiveram o desparcamento de afirmar na Assembleia que a sua proposta estava repleta de «democracia» que haviam feito uma «boa escolha» e que ela traduzia o resultado de atenta reflexão. Mais clara seria ainda, no entanto, a declaração de Pedro de Vasconcelos, líder do CDS, ao afirmar o que, apesar de tudo, os socialistas não tiveram coragem de dizer publicamente: O CDS não

quer a luta de classes no Conselho Municipal!!!

Assim, porque o CDS não quer e o PS consente, o município de Lisboa fica com um Conselho Municipal ao serviço do patronato.

E se a oposição do CDS é perfeitamente coerente, pois ele é o partido do grande capital, o mesmo não se poderá dizer em relação ao PS, que se afirma dos trabalhadores. A população da capital, cujo voto deu a maioria ao PS, saberá certamente tirar destes factos as inevitáveis conclusões.

1.º de Maio — data de unidade

Os recentes acontecimentos nos Açores, uma homenagem ao Presidente da República e o 1.º de Maio, foram outros dos assuntos que preencheram os trabalhos,

para além da aprovação do Relatório e Contas da Câmara Municipal.

Em relação ao primeiro tema, a Assembleia aprovou um voto de protesto contra o repugnante atentado a Almeida Santos, praticado por forças servindo interesses alheios à democracia. Os eleitos do PPD, que para salvar aparências votaram a favor, sentiram no entanto a necessidade de esclarecer que o seu voto não abrangia a «manipulação posterior» aos acontecimentos. Não especificaram, no entanto, se se referiam às inadmissíveis tomadas de posição dos seus colegas do Governo Regional.

Já em relação a uma proposta segundo a qual aquele órgão solicitará ao município a entrega da sua Medalha de Ouro ao general

Ramalho Eanes, como justa homenagem, mostrando a adesão inequívoca do povo de Lisboa ao projecto democrático consagrado na Constituição, não mereceria a aprovação do PPD, que se absteve, bem como os GDUP's.

Segundo esta proposta, com a medalha presta-se igualmente uma homenagem às Forças Armadas que, em 25 de Abril de 1974, restituíram aos portugueses a sua dignidade de homens livres.

A Assembleia aprovou ainda uma moção apresentada pela APU assinalando o 1.º de Maio como uma data de unidade e confraternização democrática, com a confiança em que Portugal continuará a avançar nos caminhos da liberdade e democracia.

Iniciativas preparatórias do Festival da Juventude

O Comité Nacional Preparatório (CNP) do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que decorrerá entre 28 de Julho e 5 de Agosto próximos, na República Socialista de Cuba, leva a efeito brevemente, no âmbito da actividade de divulgação, preparação e mobilização para essa grande jornada de solidariedade anti-imperialista da juventude de todo o Mundo, importantes iniciativas de carácter nacional que já estão a receber uma entusiástica adesão entre a massa juvenil.

Uma destas iniciativas — a que já nos referimos em anterior edição — é o Festival Nacional da Canção Política, que se efectua no próximo dia 12, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa. O prazo para a entrega das canções concorrentes terminou ontem. Destas, serão seleccionadas entre 10 a 15, por um júri executivo é constituído por Mário Vieira de Carvalho, Manuel Jorge Veloso, Ruben de Carvalho (chefe de redacção do «Avante!»), Moreno Pinto, João Paulo Górea e Rui Pedro. Do júri fazem ainda parte Ary dos Santos, Joaquim Pessoa, Mário Castrim, Raul Calado, Francisco Viana, Luis Stau Monteiro e Álvaro Salazar, entre outros.

Os concorrentes que se classificarem nos dois primeiros lugares irão a Cuba integrados na delegação portuguesa, e actuarão no Encontro da Canção Política a realizar no Cino Teatro Riviera (Havana) durante o período do XI Festival.

Outra iniciativa importante do CNP é o Festival Nacional dos Jovens Artistas, que se realizará em 9, 10 e 11 de Junho próximo, em Lisboa. Integram este festival as seguintes modalidades artísticas: pintura, desenho, gravura, cartaz, escultura e fotografia.

a criação deste Fundo tem, assim, importância decisiva para o pleno êxito do XI Festival, e tem sido sempre o resultado da contribuição voluntária, e na medida das suas possibilidades, das organizações que participam naquele grande acontecimento da vida da juventude mundial, a nota da Comissão de Imprensa do CNP afirma: Em numerosos países, os Comités Nacionais Preparatórios consideram como ponto de honra do seu trabalho, o cumprimento das metas traçadas internacionalmente para o Fundo. Por isso, muitas das iniciativas culturais, recreativas e desportivas destes Comités estão directamente ligadas à recolha de dinheiro para o Fundo Mundial de Solidariedade.

Para o nosso país, o Comité Permanente apontou a meta de 720 contos. O seu cumprimento será uma das exaltantes tarefas do CNP, dos comités de apoio, de toda a juventude democrática e progressista de Portugal.

Assim, o CNP apela a todas as organizações políticas, sindicais e religiosas, que estão de acordo com os ideais do XI Festival para que dêem o seu contributo monetário, o qual poderá ser enviado para a conta número 210/15103 D do Banco Nacional Ultramarino.

As dificuldades e o escasso período de tempo não impedirão que a meta dos 720 contos seja concretizada. Essas centenas de contos serão a medida da solidariedade activa e fraterna que anima a vida e o sentir de milhares e milhares de democratas e jovens trabalhadores e estudantes — sublinha o documento da Comissão de Imprensa do CNP.

PPD boicota a construção de bairro SAAL em Monchique

À semelhança do que sucedeu um pouco por todo o país, a seguir ao 25 de Abril, também no concelho de Monchique se procurou, no âmbito do processo SAAL, responder às graves carências habitacionais com a construção de um bairro de habitação social.

Graças ao empenhado esforço dos moradores associados, apoiados por uma equipa de técnicos ligados ao SAAL, a iniciativa arrancou. Elaborado o projecto e conseguido apoio financeiro — a Associação de Moradores possui cerca de dois mil contos depositados no banco — avançou-se na escolha do terreno para a construção do bairro.

O terreno em causa, na Quinta de S. Pedro, era uma propriedade particular que, por despacho do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, viria a ser, em Fevereiro de 1978, declarado de utilidade pública, pelo que se deveria proceder com urgência à expropriação dos imóveis necessários à execução do programa — Bairro SAAL.

Durante esta primeira fase do processo, a Câmara Municipal de Monchique estava a ser gerida por uma Comissão Administrativa progressista, como os moradores interessados em resolver na medida do possível o problema habitacional. Mas esta Comissão, como de resto tantas outras, acabou por ser substituída por uma outra, «pluralista», pouco empenhada em problemas tão

«comezinhos» como o da habitação.

Daí que, não obstante o então presidente da Câmara, um elemento do PS, ter assinado um ofício pedindo a posse administrativa do prédio a expropriar no âmbito da operação SAAL de Monchique, em Março de 76, a população tenha assistido a desencadear de uma campanha em que se «acusavam» as sessenta e quatro pessoas inscritas na Associação 1.º de Maio de serem comunistas!

Foi nesta altura, como os próprios interessados afirmam, que começou em Monchique o drama do Bairro SAAL. Os mais tenazes opositores deste sonho da população foram desde a primeira hora os elementos do PPD local — todas as aptas da Câmara em que o assunto foi discutido o provam —, certamente apoiados por forças bem colocadas no aparelho de Estado, dado que a expropriação pedida escapava por completo ao âmbito do município.

As eleições para as autarquias locais entretanto realizadas não resolveram, antes agravaram, a resolução do problema, pois hoje o município é presidido por um eleito do PPD e composto por mais um elemento do mesmo partido, dois do PS e um do «Povo Unido».

Como a «acusação» de comunista que pesa sobre os associados da 1.ª de Maio, além do completamente falsa, não constitui propriamente (ou não devia constituir) um óbice

para a resolução do problema habitacional, tanto mais que liberdade política foi uma das grandes conquistas de Abril, desde Janeiro de 77 (data da tomada de posse dos actuais responsáveis autárquicos no executivo) que o vereador do «Povo Unido» se vem batendo pela resolução do impasse em que caiu o Bairro SAAL.

Nesse sentido, e a seu pedido, realizaram-se várias reuniões entre a Câmara e a Associação de Moradores, chegando mesmo o executivo camarário a aprovar, por maioria, uma proposta para a renovação do pedido de posse administrativa do terreno indispensável à construção do bairro.

Não obstante os esforços desenvolvidos, o PPD continua a vetar a resolução do problema e as sessenta e quatro famílias continuam à espera dum habitação condigna. Entretanto, enquanto outros concelhos do Algarve estão já concluídos ou em fase de acabamento os bairros SAAL iniciados após o 25 de Abril, em Monchique os materiais que chegaram a ser comprados estão a apodrecer e o dinheiro depositado no banco a desvalorizar-se dia após dia face à inflação.

E tudo isto devido ao boicote do PPD e das forças que de mais alto o apoiam. Para um partido que se diz democrático e que nas eleições tanto soube dizer a propósito das suas intenções de lutar pelo bem-estar dos trabalhadores, o exemplo não deixa de ser elucidativo.

Igualdade de reforma para homens e mulheres

Os agricultores têm finalmente direito à igualdade de reforma para homens e mulheres, ponto que, constituía uma das mais profundas reivindicações da classe expressa no Caderno Reivindicativo do MAPRU, Movimento de Agricultores para uma Melhor Previdência Rural. Outros aspectos, como a fixação da idade de reforma aos 65 anos e a garantia de que as pensões serão pagas em dias certos, foram igualmente satisfeitos pelo Governo. Considera, no entanto, o MAPRU, que foi ignorada uma exigência fundamental dos agricultores: a de que as pensões de reforma fossem fixadas em 1750\$00.

Comentando o facto do Governo ter fixado as pensões de reforma em 1100\$00, um elemento do MAPRU declarou, recentemente, aos órgãos da Comunicação Social: «Continuaremos a pedir que as pensões sejam aumentadas até, pelo menos, 1750\$00, que até já deveriam ser de 2250\$00, pois o Caderno Reivindicativo foi elaborado há mais de um ano e o custo de vida subiu muito desde essa altura». O MAPRU continuará ainda a lutar pela concessão de medicamentos gratuitos à terceira idade e do abono de família a agricultores proprietários.

Porquê a prorrogação da execução das dívidas dos agrários?

Esta uma questão que não pode deixar de colocar-se ao tomar-se conhecimento de que a suspensão das execuções por dívidas no sector agrícola contraídas pelos agrários com «direito à restituição dos prédios ou à indemnização relativa a estes» foi prorrogada por mais seis meses, segundo o Decreto-Lei 78/78, recém publicado no «Diário da República».

Com este decreto, a suspensão das execuções das dívidas dos agrários atinge ano e meio. O argumento utilizado, agora para esta prorrogação é o de se pretender facilitar a articulação de tal regime com a aplicação da lei das indemnizações e de «não comprometer a justa expectativa dos credores sobre a cobrança dos seus créditos». Assim vão sendo adiados os pagamentos de muitos milhares de contos devidos por aqueles que, na sua esmagadora maioria, são responsáveis pela descapitalização da agricultura, pela exploração dos trabalhadores e, mais recentemente pela sabotagem económica no sector agrícola.

No 1.º de Maio solidariedade dos metalúrgicos chegou aos Açores

Numa iniciativa que tem vindo a merecer grande aplauso por parte de outros sectores de trabalhadores e suas organizações, os Sindicatos Metalúrgicos e a respectiva Federação decidiram oferecer vários veículos e alfaias, adquiridos com o produto de uma campanha de solidariedade, a pequenos agricultores e pescadores açorianos, nomeadamente de Angra do Heroísmo, do Pico e de Vila da Praia. Assim, no dia 1.º de Maio, os pequenos agricultores dos Açores receberam uma camioneta com um atrelado, duas charruas, uma fresa duas grades de discos e um atrelado. Segundo a Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, «esta entrega de material aos trabalhadores das cooperativas agrícolas e de pesca dos Açores contribuirá para cimentar a unidade entre os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas do nosso povo, forjando uma estreita ligação e combatendo as manobras separatistas e o terrorismo político».

Câmara do Porto aprova cooperativas de habitação

Reunida na passada quinta-feira, a Câmara Municipal do Porto tomou a importante decisão de conceder o direito de superfície sobre os terrenos necessários às cooperativas de habitação para o início dos processos de construção de casas económicas.

Por acordo directo, foram contempladas, para já, as cooperativas «Nortocoop», «ABC», «Trabalhadores da Câmara», «Tripeira», «A Casa», «Novo Rumo», «Trabalhadores de Aldoar», «St.º Ildefonso», «Arcoop» e «St.º António das Antas».

Por proposta do vereador da APU, Manuel Andrade, o executivo aprovaria ainda uma proposta de actualização e divulgação pública do cadastro dos terrenos, bem como uma moção de solidariedade para com os pedidos de alteração do Decreto-Lei 515/77, nomeadamente os artigos 3.º e 7.º.

Vão ser desocupados 15 prédios da CML

Na sua última sessão pública, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu iniciar o processo de desocupação de quinze prédios municipais que estão a ser ocupados, na sua maioria, por organizações políticas.

As desocupações, inicialmente propostas pelos vereadores eleitos pelo CDS, não poderão no entanto, por proposta do PS, efectuar-se nos casos em que casuisticamente a Câmara, atenta às suas próprias necessidades e carências de equipamento local, julgue, por razões de ordem social ou cultural, a ocupação ser de autorizar, nas avaliações que vierem a ser negociadas.

No período de antes da ordem do dia, os vereadores da APU apresentaram uma declaração condenando a composição do Conselho Municipal, que não garante a representação das organizações económicas, culturais e sociais existentes no concelho de Lisboa, pelo que não poderá servir os interesses da autarquia e da população.

APU propõe debate público ao PS, no Barreiro

Na sequência de afirmações proferidas pelos vereadores socialistas no decorrer da última sessão da Assembleia Municipal do Barreiro, afirmações em que aqueles elementos fundamentaram o seu voto contra o Relatório e Contas da Câmara (que no entanto viria a ser aprovado por maioria), a Aliança Povo Unido propôs ao Partido Socialista a realização de um debate público sobre a acção desenvolvida pelas autarquias daquele concelho.

Segundo a APU, os vereadores socialistas apresentaram na ocasião uma declaração de voto rocheda de insinuações várias, falsas e demagógicas, omitindo que o relatório e contas trazem o programa de actividades aprovado por toda a Câmara, no início do mandato.

Entretanto, as Juntas de Freguesia do concelho, reunidas recentemente para análise da situação financeira da Câmara, decidiram apoiar o respectivo executivo em todas as formas que este venha a tomar no sentido de responsabilizar o MAJ pela falta de meios financeiros com o que o município se debate.

A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

A Saída da Crise

A recuperação económica alcança-se com os trabalhadores.

Pela primeira vez, no nosso país, os problemas da economia nacional foram discutidos à escala de massas, pelos próprios trabalhadores, por aqueles que estão directamente ligados à produção. Os documentos aqui reunidos foram, portanto, o produto de um amplo debate e de um grande trabalho colectivo, testemunho da capacidade da classe operária e das massas trabalhadoras, no sentido de estudarem os problemas da vida nacional e contribuírem activamente para encontrar a forma de

resolver. No entanto, o debate nacional não se esgotou nesta Conferência. Este debate construtivo e esta procura de soluções continuam a impor-se.

Por isso, este livro continua a ser um elemento de consulta obrigatória para todos os que estão verdadeiramente empenhados, não só na recuperação económica do nosso país, mas também na construção de um Portugal livre e independente a caminho do socialismo.

Correspondendo ao apelo do Partido Comunista Português, trabalhadores comunistas

e não comunistas empenharam-se no estudo da situação portuguesa em diversos sectores do trabalho, tendo em vista a definição de linhas concretas de acção, para a saída da crise económica.

Assim, para além dos textos das intervenções e documentos apresentados na Conferência e compilados em «A Saída da Crise», existem e estão a ser publicados os estudos que serviram de base às intervenções e conclusões da Conferência e que constituem uma aprofundada análise dos problemas fundamentais da economia nacional.

Indústria Extractiva - situação actual e perspectivas para o futuro

Trabalho elaborado por um colectivo de geólogos técnicos e trabalhadores mineiros. O seu objectivo é retratar

a situação actual da Indústria Extractiva e indicar as medidas necessárias para ajudar o sector a sair do impasse em que se encontra.

Empresas Intervencionadas

A força, a energia e o importante papel dos trabalhadores na recuperação da economia portuguesa. Muitos e importantes passos foram dados neste sector: reconversão das produções, melhor aproveitamento da capacidade produtiva e da mão-de-obra, gestão democrática com ampla

participação dos trabalhadores; venceram-se as barreiras dos mercados tradicionais com a prospecção de novos mercados.

A devolução das empresas intervencionadas ao patronato é uma afronta à capacidade e esforço dos trabalhadores e ao princípio de sabotagem, incompetência e corrupção.

Energia

A disponibilidade de energia é um factor fundamental do progresso social e económico de qualquer país.

Apesar da crise geral do capitalismo e do contexto actual da crise económica no nosso país e salvaguardando a perspectiva de um desenvolvimento independente e progressista, é apontado neste trabalho um leque de medidas que, a serem levadas à prática, e os trabalhadores estão dispostos a fazê-lo, contribuirão para o progresso e melhoria de condições de vida do povo português.

As Nacionalizações Defesa e Dinamização

As nacionalizações são uma das mais importantes conquistas da revolução de Abril, porque assestaram o golpe demolidor no poder do capital monopolista, sustentáculo da ditadura terrorista que oprimiu o povo português durante 48 anos.

Este livro contém as intervenções e documentos apresentados durante a Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado da Economia. Por isso, tem naturalmente como objectivo divulgar o trabalho e os resultados de um debate amplo, aberto e de massas sobre os problemas e perspectivas desse vasto sector da economia portuguesa que a revolução libertou do domínio dos monopólios.

vitalidade e potencialidades do sector nacionalizado da economia. Confirma uma necessidade inadiável: a de se pôr termo sem demora à ofensiva de recuperação capitalista agudamente dirigida contra o sector nacionalizado. Define um estilo de trabalho e uma atitude política: fazer de conclusões colectivas - democraticamente debatidas e tomadas - grandes direcções de acção democráticas e de massas.

Documento de trabalho indispensável, a partir de agora, para quem quiser conhecer profundamente esta nova realidade económica que é fruto da luta dos trabalhadores e dos democratas no processo da revolução portuguesa, este volume não é um inventário de erros, responsabilidades de recriminações. É sobretudo uma indicação clara do que - no interesse nacional - deve

mudar, e um contributo sério na procura colectiva das soluções que a recuperação económica do país e a consolidação do regime democrático mais do que nunca exigem.

Exprimindo o sentido da responsabilidade e o patriotismo com que os comunistas intervêm na vida nacional, este volume e a Conferência cujos textos reproduz, indicam um caminho seguramente indispensável para que o País possa enfrentar com êxito as dificuldades actuais: o caminho de uma ampla, generosa e dedicada intervenção dos cidadãos na vida democrática do País, de uma firme, unida e persistente intervenção popular para dar à política portuguesa o rumo democrático e constitucional que corresponde aos interesses do povo e de Portugal.

Balança de Pagamentos e Dívida Externa

Trabalho fundamental para a compreensão da situação portuguesa e das soluções que se impõem; esclarece ainda sobre os processos utilizados

pelo imperialismo, tanto no campo económico como político, contra a independência nacional, deixando bem claro o papel do FMI.

Cortiça

Portugal é o primeiro produtor mundial de cortiça. Em termos de boa qualidade, a produção do nosso país é importantíssima, existindo entre nós as melhores regiões quanto às características da cortiça produzida.

grandes grupos monopolistas mundiais a sua substituição por outros produtos (quase todos à base de matérias plásticas e muitas vezes tóxicos e poluentes).

Torna-se urgente, como é apontado neste trabalho, a realização de grandes investimentos, de modo a recuperar o atraso tecnológico e organizativo desta indústria.

Estes investimentos terão de ser coordenados e em grande parte apoiados pelo Estado.

Indústria dos Cimentos

O crescimento do consumo de cimento no nosso país está dependente da política de obras públicas (como construções de barragens hidroeléctricas, obras de hidráulica agrícola, portos, estradas, hospitais, escolas, habitações, etc.) e ainda da actividade do sector privado. É pois consequência do desenvolvimento económico e social do País.

A indústria cimenteira, integrada no sector público, cuja dinamização terá de ser a base da recuperação da nossa economia, necessita urgentemente de produzir mais e melhor. Para isso são sugeridas medidas neste trabalho com o objectivo de aumentar a produção, melhorar a produtividade, reduzir os desperdícios, eliminar importações, reduzir consumos energéticos.

É POSSÍVEL SAIR DA CRISE?

SABIA...

- ... que só em carne, leite e crises seria possível em 2 anos aumentar a produção pecuária em mais de 5 milhões de contos?
- ... que por redução drástica das importações supérfluas, de luxo e não essenciais, pouparíamos 11 milhões de contos de divisas?
- ... que em dois anos, a produção agrícola e pecuária do País poderia aumentar mais de 10 milhões de contos?
- ... que pelo aumento da produção nacional, seria possível substituir importações no valor de 17 milhões de contos?

OS TRABALHADORES DIZEM COMO



colecção «conferência económica»

A colecção «conferência económica», publica estudos que apontam a solução para os graves problemas da economia nacional

VOLUMES PUBLICADOS

- As Empresas Intervencionadas 25\$00
- Indústria Extractiva, Situação Actual e Perspectivas para o Futuro 40\$00
- Balança de Pagamentos 40\$00
- Dívida Externa 60\$00
- Energia 40\$00
- A Cortiça 40\$00

A VENDA O Militante

Todos os membros do Partido podem contribuir para melhorar O Militante, como Boletim de Organização do Partido. Para isso, poderão escrever à Redacção de O Militante enviando, através da organização ou do correio, a sua opinião sobre o nosso Boletim, juntando-lhe sugestões, críticas, perguntas e mesmo relatos de experiências de trabalho.



Temas ideológicos

Sobre a unidade dos trabalhadores

O Partido Comunista Português não é apenas o Partido da unidade. É também o seu impulsor. É a força política que, como nenhuma, pode invocar em Portugal um passado e um presente de luta orientados desde sempre para os supremos objectivos da unidade a todos os níveis. E isso porque soube desde sempre que a vitória da democracia sobre o fascismo e a consolidação da via democrática a caminho do socialismo só na unidade poderão levar à emancipação dos trabalhadores e à libertação completa do Povo português.

Vanguarda organizada da classe operária e dos restantes trabalhadores, o PCP tem da unidade uma visão e uma prática baseadas na defesa intransigente dos interesses, direitos, garantias e liberdades comuns a todos os trabalhadores.

Não tem conta as tomadas de posição oficiais do PCP na acção e na luta pela unidade. Não há praticamente intervenção pública, debate ou negociação onde por parte dos dirigentes comunistas não haja uma apelo renovado à aproximação entre partidos democráticos, entre organizações democráticas e progressistas, entre trabalhadores de todas as correntes políticas.

O Programa do PCP é conhecido. São conhecidos também os seus documentos fundamentais. Citaremos, por exemplo, o apelo à cooperação interpartidária, contido na Resolução Política aprovada no VIII Congresso do Partido:

Intensificar e melhorar as relações entre comunistas e socialistas nas fábricas, nas empresas, nos escritórios, nas escolas, nos campos, em toda a parte, lutar em comum por objectivos concretos e imediatos, será uma forma eficaz de trabalhar para vir a tomar possível a aliança PCP-PS, necessária para defender as conquistas da Revolução e prosseguir o avanço rumo ao socialismo.

Estas palavras são um exemplo entre milhares. Um exemplo da vontade e da acção do PCP que, denunciando e combatendo sempre a política antioperária e de recuperação capitalista dos dirigentes do PS e dos seus aliados, não poupa esforços para a aproximação entre comunistas e socialistas e para alcançar uma cooperação entre os dois partidos, com referência ainda a Resolução do VIII Congresso, que sublinhava adiante:

A unidade das massas populares, a unidade dos democratas, a unidade das forças progressistas, não

é apenas um factor, mas a condição indispensável para o êxito.

É por isso que o PCP, consciente do carácter decisivo da unidade, não poupa nem poupará esforços para unir na acção, em todos os sectores de actividade e a todos os níveis, aqueles que querem defender os interesses dos trabalhadores e das classes e camadas antimonopolistas e anti-fundistas e construir a democracia a caminho do socialismo.

Condição indispensável para o êxito, a unidade precisa do apoio de um governo que não volte as costas aos interesses mais profundos das classes trabalhadoras e de todas as classes e camadas antimonopolistas que representam em conjunto o interesse nacional. A unidade precisa, para sua defesa, que todos os órgãos do poder cumpram afinal a Constituição. E necessita, nomeadamente, que as liberdades constitucionais não sejam utilizadas contra a unidade, mas como factor do seu fortalecimento e da sua eficácia.

O clima de compreensão fraternal e de solidariedade democrática entre trabalhadores de várias opções políticas, e designadamente entre comunistas e socialistas, é uma preocupação sempre presente na actividade do PCP. Não se trata apenas de um preceito ideológico. É uma acção firme e consequente. A unidade - afirmava recentemente o camarada Octávio Pato, ao intervir na I Assembleia da Organização do Sector Público da ORL do PCP - exige que os militantes comunistas saibam ouvir e respeitar os que têm opiniões diferentes das suas, tendo em conta a sensibilidade, o estado de espírito, a diferente experiência e formação dos outros democratas. Exige que, em caso algum, a justa indignação que possamos sentir pela política da direcção do PS se transforme em remoques aos companheiros de trabalho socialistas, mas pelo contrário nos leve a debater problemas num clima de compreensão fraternal e de solidariedade democrática.

Este clima foi sempre apanágio dos comunistas. Mantê-lo, aperfeiçoando-o, é uma exigência constante do reforço da unidade, do impulso que só ela pode dar à consolidação da democracia e ao avanço decisivo na via do socialismo.



Leonardo da Vinci génio renascentista

Leonardo da Vinci nasceu no lugarejo de Anchiano, da aldeia de Vinci, perto de Florença, Itália, a 15 de Abril de 1452, vindo a falecer 67 anos depois, longe da sua pátria - no castelo de Cloux, arredores de Amboise, em França.

Tendo vivido na época áurea do Renascimento, nele surgiu como um dos seus expoentes máximos e um dos mais versáteis criadores de todos os tempos. É prodigiosa a actividade deste homem, chegando a avançar esboços e teorias de ciências, técnicas e maquinarias só estudadas, desenvolvidas e levadas à prática centenas de anos mais tarde!

Filho dos amores ilícitos entre um jovem notário de Florença, Pedro da Vinci, e uma pobre «contadina» de Anchiano, Catarina, Leonardo

foi criado pelos avós paternos, que lhe possibilitaram os estudos normais da época. Já nessa altura se manifestou o seu espírito irrequieto e engenhoso, tornando-o rebelde aos estudos livrescos e levando-o a deambulações por Vinci, fascinado pelo trabalho dos operários e das maquinarias.

Aos 15 anos seu pai levou-o para Florença e foi aí que se manifestou o seu gosto e jeito para o desenho. Impressionado com o facto, o pai entregou-o, como aprendiz, a um homem que teria importância fundamental na vida do jovem Leonardo: Verrocchio. Este homem, verdadeiro exemplo de renascentista, foi o seu grande mestre e amigo, iniciando-o não somente nos segredos da pintura e da escultura, mas ainda na filosofia, nas matemáticas, na música e na sabedoria da vida, levando-o também à intimidade e convívio dos jovens Medicis, membros de uma das mais poderosas famílias da época.

Entrando para a oficina de Verrocchio aos 16 anos, aos 20 foi admitido na Corporação dos Pintores de Florença, o que demonstra a extraordinária capacidade do jovem Leonardo, pintor dum tal quilate que, já nessa altura, deixou o seu mestre «mortificado porque um rapaz soubesse mais do que ele». Deste primeiro período da vida de Leonardo, que vai até 1483 e onde trabalhou com Verrocchio ou ainda, mesmo quando estabeleceu oficina própria, convivendo com ele, restam obras notáveis como «A Pequena Anunciação» (Louvre), «S. Gerónimo» (Vaticano) e «A Anunciação dos Magos» (Florença), estas duas últimas inacabadas.

A partir daqui a sua actividade foi sempre marcada pelas características sociais do seu tempo, vivida numa Itália



Leonardo da Vinci

em convulsão, fragmentada em pequenos reinos, ducados e «cidades-Estado» em contínuas lutas pela autonomia ou anexação. Os artistas, para sobreviverem, tinham de se abrigar à protecção dum qualquer senhor, o que era teoricamente fácil pois o Renascimento, fervilhante em toda a Europa mas principalmente em Itália, seu berço, desenvolvera nas aristocracias denominantes um espírito de mecenate, ele mesmo motivo de competição. Foram vastas as suas atribuições, neste campo. Indefeso nos rescaldos dos confrontos entre os vários senhores, valia-lhe o prestígio da sua arte e a fama do seu engenho, o que, se lhe salvaguardou a vida algumas vezes, também o conduziu a várias e penosas dificuldades materiais, agravadas então pelo seu espírito eternamente disperso, atento a tudo que fosse passível de estudo e análise mas frequentemente desviador de trabalhos já encomendados; surgia assim o não cumprimento, a tempo, de obras sujeitas a prazos ou o abandono puro e simples de outras porque os seus episódicos encomendadores surgiam com pressas excessivas.

O seu trabalho para os diversos mecenas era geralmente multifacetado: tanto pintava um fresco, como a celeberrima «Ceia», encomendada por Ludovico o Moro e executada na parede do fundo do refeitório do convento de Santa Maria das Graças, em Milão, como organizava as festas grandiosas da corte nas quais, com a sua inesgotável fantasia, era o criador, o encenador e o realizador, ou traçava os planos para a abertura dum novo canal, ou esquematizava uma «máquina para voar», ou imaginava o que, muito mais tarde, viria a ser o escafandro, pretendendo com ele atacar barcos, ou escrevia um «Tratado sobre as estrelas», ou desenhava máquinas potentes, algumas das quais delineando engenhos só muito mais tarde construídos, ou, ainda, dedicando-se ao estudo da anatomia ou compondo música em instrumentos feitos por ele.

Morreu a 2 de Maio, deixando uma obra vasta e multifacetada; são da sua autoria algumas das obras-primas que enriquecem o património da humanidade, e a sua trajectória criadora constitui um dos mais assombrosos exemplos de todos os tempos.



«La Madona Litta», Da Vinci, 1490, Museu do Ermitage, Leninegrado

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

ÚNICA EDIÇÃO INTEGRAL em

língua portuguesa, incluindo todos os documentos compilados por John Reed para a edição original. Tradução rigorosa da edição americana, que reproduz em fac-símile a primeira edição.



JOHN REED



PREÇO 150\$00 DISTRIBUIÇÃO CDL

Nome

Endereço

Localidade

Designação do volume

Para o respectivo pagamento envie séc. - 500 em cheque, vale de comércio ou - para o CDL - Departamento de Venda Directa - Rua Pedro Nunes, 8-A Lisboa 1.

CAMARADAS TRANSMONTANOS

Para tratar de alguns problemas de interesse para o nosso Partido, pedimos aos camaradas que vivam na zona da Grande Lisboa, e que sejam naturais dos concelhos de Trás-os-Montes, que estejam presentes numa reunião a realizar no dia 5 (sexta-feira), às 21 horas, no Centro de Trabalho, na Avenida António Sérgio, 26-2.º Esq.º.

Rádio Moscovo

transmite 3 vezes por dia para Portugal

Das 19.30 às 20.30; das 20.30 às 21.30 e das 22 às 23 horas, em 25, 31, 41 e 49 metros

Semana

26 Quarta-feira

1906 — Inicia-se a publicação legal do diário bolchevique VOLNA, em S. Petersburgo, interrompida cerca de um mês depois.
O jornal "Il Giorno" de Milão publica uma carta da família de Aldo Moro dirigida a este, enquanto novo atentado à metrô...

27 Quinta-feira

1937 — Gramsci morre ao fim de 10 anos de prisão.
Discursando na Assembleia Geral da ONU, o vice-primeiro-ministro cubano Juan Almeida Bosque afirma que a cooperação militar entre o seu governo e Angola é assunto que apenas diz respeito aos dois países...

28 Sexta-feira

1937 — A Força Aérea de Franco bombardeia Guernica, vila de camponeses do País Basco, que lutava pela sua independência. Para este bombardeamento, Franco pediu auxílio aos nazis alemães.
Militares progressistas tomam o poder no Afeganistão, na sequência de um golpe de Estado que derrubou o ex-presidente da República Mohammed Daud...

29 Sábado

1945 — As tropas soviéticas libertam os campos de concentração de Dachau e Ravensbrück.
Giulio Andreotti, primeiro-ministro italiano, anuncia numa entrevista concedida à Televisão Italiana que o governo pediu o auxílio dos EUA, da URSS, da Checoslováquia e da China para tentar determinar as possíveis ligações estrangeiras das B.V., sublinhando também que a recusa do governo em negociar com os terroristas é definitiva...

30 Domingo

1975 — Libertação de Salão, que passa a chamar-se cidade de Ho Chi Minh.
É proclamada a República Democrática do Afeganistão, tendo como presidente do Conselho Revolucionário e também primeiro-ministro um civil: Nur Mohamed Taraki...

1 Segunda-feira

1519 — Morre Leonardo da Vinci, grande pintor, escultor, arquitecto, etc. do Renascimento Italiano.
Dia Mundial dos Trabalhadores.
O antigo secretário norte-americano da Justiça, Richard Kleindienst e o presidente do Sindicato dos Transportes são interrogados por suspeita de antigas ligações à Mafia...

2 Terça-feira

1519 — Morre Leonardo da Vinci, grande pintor, escultor, arquitecto, etc. do Renascimento Italiano.
O presidente da Junta Militar que "governa" a Argentina, general Videla, é designado por 23 oficiais de alta patente dos 3 ramos das FA para mais um mandato de presidente da República...

As «utilidades» do terrorismo como arma da direita

A propaganda imperialista tem utilizado amplamente a questão Aldo Moro, atingindo por vezes verdadeiros expoentes de cinismo.

Assim, o terrorismo é apresentado como uma nova e sinistra ameaça mundial, que põe a um canto a questão do desarmamento, dos novos tipos de armas (incluindo, claro está, a bomba de neutrões). Uma ameaça de certo modo incontornável e universal. Mistura-se depois terrorismo com movimentos patrióticos e acções populares de massas. Mistura-se terrorismo com o fraterno auxílio dos países socialistas a governos progressistas, como é o caso de Angola e da Etiópia. Avança-se mais um passo na provocação e acusa-se a URSS, não só (como é já rotineiro) de "ingerência", mas até de "financiar" as "Brigadas Vermelhas", que além de apodadas de "esquerda" passam também a ser "filiações a Moscovo". E o quadro está

completo: a União Soviética apresentada como centro de terrorismo, a questão do terrorismo apresentada como moeda de troca nas negociações sobre a paz, lado a lado com outras questões políticas diversificadas.

O confusãoismo deliberado entre questões e factos completamente diferentes, lado a lado com a pura calúnia, sempre foram uma tática corrente da propaganda imperialista. O que é grave é que Washington está a tentar, insistentemente, transpor essa tática para o campo de negociações tão vitais como as que se referem à paz e à coexistência pacífica. A questão dos "direitos humanos" é um exemplo claro. Mas não o único. Agora tenta-se também negociar com

a imparável luta libertadora dos povos africanos. Esboçam-se tentativas de o fazer com o terrorismo.

— prende-se com uma outra questão: a tentativa de transformar o processo indispensável de coexistência pacífica e de desanuviamento numa impossível estagnação do combate ideológico, da luta de classes nos diversos países e à escala mundial, no angustiar de trunfos militares face à comunidade socialista. O jogo é claro. Diz-se: "Se auxiliarem os governos progressistas contra as nossas tropas mercenárias, produziremos a bomba de neutrões"; ou ainda "só haverá novo acordo SALT em troca de cedências impensáveis no campo do armamento". Agora, ergue-se, aciona-se e financia-se o terrorismo. Tenta-se transformá-lo depois em mais uma absurda e impossível moeda de troca. Assim, tanto a nível nacional como internacional, o terrorismo serve claramente a direita.

Unidade e luta pela paz

A Conferência sobre Desarmamento realizada pela Internacional Socialista, em Helsinquia, concluiu os seus trabalhos com um apelo de Willy Brandt, seu presidente e dirigente social-democrata da RFA, para que se consiga um acordo que permita reduzir as despesas militares e investir as verbas correspondentes em benefício económico e social dos povos. Mas, só por si, de que servem os apelos?

A convite da Finlândia, participou nesta mesma reunião o camarada Boris Ponomarev, secretário do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética. Boris Ponomarev não se contentou com palavras de boas intenções. Fez propostas concretas: uma série de medidas concretas para promover o desarmamento — incluindo o convite para uma delegação da Internacional Socialista visitar Moscovo para debater formas de pôr termo à corrida aos armamentos, uma iniciativa da "Pravda" para troca de pontos de vista entre representantes da imprensa comunista e social-democrata e a realização de manifestações unitárias entre comunistas e social-democratas pelo desarmamento internacional. "Existem divergências e diferenças entre comunistas e social-democratas — declarou Ponomarev — mas a vida exige que se chegue a acordo quando se trata de resolver os mais candentes problemas do nosso tempo,

que interessam a toda a humanidade, designadamente impedir uma nova guerra mundial e cessar a corrida aos armamentos".

Há também alguns dias, no seu discurso às Juventudes Comunistas (o Komsomol), o camarada Leonid Brejnev propôs quatro medidas para limitação da corrida aos armamentos: o fim do fabrico de todos os tipos de armas nucleares; fim da produção e proibição de todos os outros tipos de armas de extermínio em massa; fim da criação de novos tipos de armamento clássico de grande poder destrutivo; renúncia da ampliação dos exércitos e do aumento dos armamentos clássicos das potências que são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (EUA, URSS, Grã-Bretanha, França e China) e dos países a elas ligados por acordos militares. Por outro lado o camarada Brejnev assegurou que, em resposta ao adiamento do fabrico da bomba de neutrões por parte dos EUA, a União Soviética abster-se-á de

avançar no caminho da produção de tal arma.

Realizou-se em Sófia uma reunião do comité dos Ministros de Negócios Estrangeiros do Pacto de Varsóvia. No comunicado final foi sublinhado que não há actualmente tarefa mais urgente do que travar a corrida aos armamentos e que a próxima sessão especial da Assembleia Geral da ONU deveria culminar em progressos decisivos no que respeita a medidas práticas para travar a corrida aos armamentos e concretizar o desarmamento, particularmente no domínio nuclear.

Da reunião da Internacional Socialista em Helsinquia, o camarada Ponomarev não trouxe qualquer resposta. Pelo contrário, as agências de informação assinalam a "surpresa" dos delegados face às renovadas propostas soviéticas. Por outro lado, o presidente Carter afirma não tomar em consideração a proposta formulada pelo camarada Brejnev sobre a renúncia mútua ao fabrico da bomba de neutrões. Que significado têm os apelos de Brandt, mesmo que classificados de "dramáticos"? No seu discurso aos marinheiros de Vladivostok, o camarada Brejnev declarou: "Qualquer que seja

a importância deste ou daquele problema, não há presentemente nenhuma questão que seja mais importante para os habitantes da Terra do que o da obtenção do desarmamento real. Para a corrida aos armamentos, assegurar o progresso da diminuição e, por fim, no afastamento do perigo de uma catástrofe termo-nuclear — eis a questão central da agenda da nossa vida". As forças mais reacionárias no seio do imperialismo tentam promover a corrida aos armamentos, impossibilitar qualquer passo positivo. Jogam com as teorias sobre a "necessidade" de armas e exércitos para manter o "equilíbrio mundial de forças". Tentam impor à opinião pública mundial a ideia de que as novas armas não alteram substancialmente o quadro em que se desenrolaria uma futura guerra, ocultando o carácter de genocídio de que de facto ela se revestiria. Mas como problema maior de todos os habitantes do planeta, o problema da paz não pode ser escamoteado. Impõe-se mais e mais: "Apesar da estupefacção da Internacional Socialista, unifica as grandes massas em todo o mundo, apesar das divergências ideológicas, das diferentes militâncias políticas. É esse o caminho.

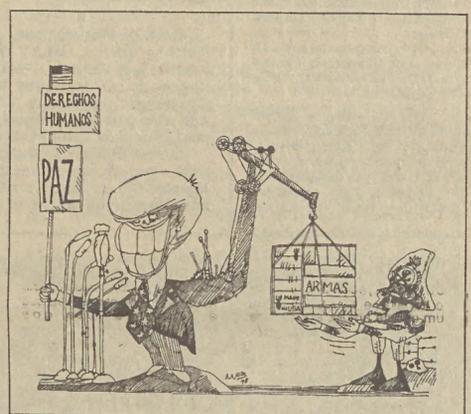
— tenta-se com uma outra questão: a tentativa de transformar o processo indispensável de coexistência pacífica e de desanuviamento numa impossível estagnação do combate ideológico, da luta de classes nos diversos países e à escala mundial, no angustiar de trunfos militares face à comunidade socialista. O jogo é claro. Diz-se: "Se auxiliarem os governos progressistas contra as nossas tropas mercenárias, produziremos a bomba de neutrões"; ou ainda "só haverá novo acordo SALT em troca de cedências impensáveis no campo do armamento". Agora, ergue-se, aciona-se e financia-se o terrorismo. Tenta-se transformá-lo depois em mais uma absurda e impossível moeda de troca. Assim, tanto a nível nacional como internacional, o terrorismo serve claramente a direita.

República Popular no Afeganistão

HA apenas alguns dias a revolução etíope era justamente considerada a mais jovem revolução do mundo. Entretanto, no mesmo momento em que o imperialismo prossegue os seus ataques à Etiópia democrática, tentando manter a tensão na zona; enquanto as atenções mundiais se viravam também para os acontecimentos no Tchad, onde as tropas francesas se empenham na sobrevivência de um governo que é instrumento do neocolonialismo — um novo processo revolucionário alterava o quadro do panorama internacional. O Afeganistão, um país do golfo Pérsico, entalado entre dois países com regimes de direita (o Irão e o Paquistão), e com fronteira com a URSS, proclama, no dia 30 de Abril, a institucionalização da República Democrática.

O dia 30 de Abril foi um dia histórico para o povo afgão. Reunido pela primeira vez, o Conselho Revolucionário que, encabeçado pelo general Abdul Kadir, dirigiu o levantamento contra o governo de Mohamed Daoud, decidiu eleger seu presidente e primeiro-ministro do país, o destacado revolucionário Nur Mohamed Taraki. São confirmados os princípios proclamados desde o início do levantamento: todo o Poder para as massas populares, respeito dos princípios de não-alinhamento, das boas relações com os países vizinhos e da religião islâmica, luta pelo estabelecimento da Democracia e da Liberdade, do progresso e da prosperidade do país.

O levantamento militar que culminou e acompanhou a movimentação popular no Afeganistão, teve imediatos reflexos mundiais. O mundo capitalista reagiu com profunda preocupação. Os órgãos de propaganda da direita investiram as forças revolucionárias acusando-as de uma "matança" que mais não foi que a liquidação dos que resistiram pelas armas ao poder revolucionário e das figuras proeminentes do regime derrubado. Apesar das preocupações e das investidas, a paz já está estabelecida no Afeganistão. A União Soviética reconheceu o novo Governo. Estão criadas as condições para arrancar o país do estado de imenso atraso em que se encontra. A revolução tem profundas raízes populares como o atestam os antecedentes: no dia 17 de Abril é assassinado o dirigente comunista Akbar Khaibar; o seu funeral constitui uma grande manifestação nacional em que a CIA é responsabilizada pelo crime; segue-se a repressão, sendo presos sete dirigentes comunistas; menos de 24 horas depois das prisões terem sido anunciadas, inicia-se o processo militar que levará ao derrubamento do regime de Mohammed Daoud. A revolução iniciada exprime o descontentamento popular contra um governo que se firmou em 1973 com múltiplas promessas nunca cumpridas e que afastou do Poder, em 1975, os elementos de esquerda.



Desenho de Nuez em "Gramma"

CAME: desenvolvimento económico ímpar

Dos estudos feitos sobre os resultados económicos registados pelo CAME (organização de integração económica entre os países socialistas) concluiu-se que a produção industrial por habitante desta zona económica — a mais dinâmica do mundo — é três vezes e meia superior aos números registados nos outros países. Actualmente, a parte do CAME na produção industrial mundial é de cerca de um terço.

A estes somam-se outros factos não menos significativos: foram cumpridos os planos anteriormente estabelecidos, o que se concretizou num aumento do rendimento nacional de 5,1% e de um aumento da produção industrial de 6,4%; cerca de quatro quintos do crescimento do rendimento nacional foi obtido pelo aumento da produtividade, ou seja, pela aplicação sistemática e consequente dos progressos técnico-científicos; os sectores da indústria que garantem o progresso técnico-científico (os mais afectados no mundo capitalista) desenvolveram-se a um ritmo mais elevado do que o previsto no plano; na agricultura, onde os resultados são mais variáveis porque também dependentes de elementos hoje ainda incontornáveis, houve um acréscimo da produção de 3%, sendo de 7% o acréscimo médio dos primeiros anos deste quinquénio em relação ao anterior; os resultados económicos reflectiram-se imediatamente no nível de vida dos povos do CAME — o crescimento dos rendimentos reais da população (que abrange não só os salários mas também os múltiplos e diversificados serviços) foi de 4%; no domínio da habitação, elemento particularmente importante do bem estar das populações, dos 379 milhões de habitantes dos países do CAME 30 milhões mudaram para uma casa nova nos últimos dois anos, e a isto há que juntar a construção de elevado número de escolas, hospitais, jardins de infância, estabelecimentos culturais e centros desportivos.

Hungria, da Polónia, da União Soviética e da Checoslováquia. Nessa reunião foi criado o Conselho de Assistência Mútua Económica (CAME). Estava dado um passo decisivo rumo à integração económica socialista, que abrange todos os aspectos da vida económica e se caracteriza por um processo acelerado de aproximação do nível económico entre os diferentes países, uma profunda interligação entre as economias nacionais, uma mútua interpenetração resultante do processo de divisão internacional do trabalho entre os países socialistas, de que as formas supremas são a especialização (em função dos interesses, particularidades e potencialidades de cada país) e a cooperação. Este processo de integração económica e de divisão internacional do trabalho — criado pelo socialismo

Contrariamente ao que se passa nas organizações unificadoras dos países capitalistas, onde aliás os antagonismos ressaltam como uma constante, o CAME tem representado uma real aproximação económica entre os diversos países socialistas que o formam e um notável desenvolvimento comum.

No programa geral elaborado em Julho de 1971 é bem vinculada a importância da aproximação económica entre os países socialistas, que na verdade constitui um processo histórico objectivo: "... máxima mobilização e efectiva utilização dos esforços próprios e dos recursos dos diferentes países assim como a exploração das vantagens da divisão internacional socialista do trabalho. O delinear das tendências principais para a organização em cada país — membro de uma economia nacional com rendimento

«Eurocomunismo» e informação objectiva

No dia 24 de Abril, o pluralista "Diário de Notícias", na sua dose diária de anticomunismo, publica uma notícia intitulada: "Comité Central do PC Húngaro manifesta apoio ao eurocomunismo". No texto da notícia insere-se, entre outras coisas, um pretensamente extracto de uma resolução do CC do Partido Socialista Operário Húngaro (e não PC Húngaro, como indevidamente é apodado no "DN") em que se lê: "É dever e direito de todo o partido irmão agir independentemente e criativamente, na aplicação das técnicas do marxismo-leninismo e das leis gerais da revolução e construção socialistas".

Este extracto, que correspondesse à verdade, este extracto não encerraria qualquer sombra de um "eurocomunismo" que se pretende

avorar em bandeira de divisão do movimento comunista internacional. O que atesta dos esforços da propaganda "pluralista" nesse sentido. E a sua obsessão.

Mas há mais. A resolução aprovada na sessão de 19/20 de Abril de 1978 do Comité Central do Partido Socialista Operário Húngaro não contém nenhum extracto igual ao que vem "transcrito" no "Diário de Notícias". Reproduzimos, na íntegra, o que mais se aproxima, e o qual, reconhecemos, não serve os interesses dos anticomunistas...

"A posição do nosso partido é que cada partido irmão tem o direito e o dever de aplicar os ensinamentos do marxismo-leninismo, as leis gerais da revolução e construção socialista independentemente e de uma maneira criadora, tendo em conta as particularidades e as tradições do respectivo país. Isto exige de cada partido a harmonização dos interesses nacionais e internacionais, esforços pela unidade, solidariedade recíproca e cooperação fraternal entre camaradas. Juntamente com o desenvolvimento do nosso movimento aumenta a importância do internacionalismo proletário na base da independência, igualdade e cooperação voluntária dos partidos irmãos".

Sem comentários.

Breves notícias

● As manobras da direita internacional — Na sequência do avolumar das dificuldades, o imperialismo desliza para formulações cada vez mais reacionárias e agressivas, como mostram dois recentes conciliábulo da direita internacional — o dos dirigentes de Partidos neofascistas da Itália, França e Espanha para a formação duma Frente Comum, realizado em Roma, e a reunião do «Clube de Bilderberg» em Princeton, EUA.

de ser, se mostrou extraordinariamente apreensiva com a tão falada «vantagem do Pacto de Varsóvia em armamento convencional» bem como o que consideraram «crescente influência soviética em África. A resposta a tais «ameaças» surgiu pela voz de Douglas-Home, antigo primeiro-ministro britânico, que sintetizou as conclusões dos seus pares: há que reforçar a NATO.

● O presidente etíope em Cuba — Mengistu Haile Mariam, presidente do Conselho Administrativo Militar Provisório da Etiópia, deslocou-se recentemente a Cuba em visita oficial. A calorosa recepção feita ao dirigente etíope ficou bem patente no gigantesco comício que sublinhou o ponto mais alto da sua visita e ao qual assistiram mais de um milhão de cubanos. No discurso que então proferiu, Mengistu H. Mariam acusou «o imperialismo americano e outras forças reacionárias — as mesmas que inflamaram e apoiaram o agressivo nacionalismo somali — de estarem por detrás dos secessionistas eritreus», defendendo e propondo uma solução pacífica para a questão da Eritreia, mas afirmando que a Etiópia não hesitará em esmagar as forças que ameacem a revolução.

No primeiro, o da Frente Comum, ratificou-se a formação duma eurodireita — «contra o eurocomunismo e a ideologia suicida do marxismo» — subscrita pelos partidos neofascistas «Movimento Social Italiano» (MSI), «Fuerza Nuova», espanhol e «Forces Nouvelles», da França.

Esta tática de atribuir «superioridades» bélicas ao campo socialista para justificar novas corridas aos armamentos é conhecida e desta vez bem orquestrada com a campanha imperialista a favor da bomba de neutrões. E seria apenas ridícula, se não fosse trágica.

Por seu lado, Fidel Castro reafirmou que a presença cubana na Etiópia é questão que apenas diz respeito aos dois países, sublinhando que «deve ficar bem claro que os combatentes cubanos não ficarão de braços cruzados se ocorrer qualquer nova invasão do território etíope», apoiando, ao mesmo tempo, a declaração de Mengistu de que deve ser procurada uma solução política para a questão da Eritreia.

No segundo, a reunião anual do «Clube de Bilderberg» (fundado pelo príncipe consorte Bernardo da Holanda, o tal que recebeu avultada quantia da Lockheed, num escândalo de suborno que deu muito que falar), estiveram presentes personalidades como Henry Kissinger, general Alexandre Haig, Joseph Luns, Zigniew Brzezinski, general Jonkheer Emile Van Lennep e Giovanni Agnelli, para além de banqueiros e representantes de empréimos multinacionais. Toda esta gente, como não podia deixar

Table with 5 columns: CAME, URSS, USA, Japão, CEE. Rows show percentages for 1950, 1960, 1970.

— é conscientemente dirigido e planificado, subordina-se às exigências do progresso técnico-científico, serve a solução das tarefas que se colocam numa determinada etapa do desenvolvimento económico. Em 1971 é aprovado um programa geral para o desenvolvimento e aprofundamento da integração entre os diversos países do CAME, hoje a Bulgária, a Hungria, a RDA, Cuba, a República Popular da Mongólia, a Polónia, a Roménia, a União Soviética e a Checoslováquia.

TODOS os correspondentes de guerra foram convocados de urgência. Tí-nhamos deixado Berlim, e foi a meio caminho do Estado-Maior da frente que vimos e ouvimos ao mesmo tempo um canhoneiro fantástico, cobrindo todo o horizonte com uma cortina de balas tracejantes e explosões de obuses. Compreendemos então que a guerra acabara. Aquilo não podia significar outra coisa.

No Estado-Maior disseram-nos que nesse mesmo dia, a Oeste, os alemães tinham aceitado a capitulação, que assinaram a título provisório no Estado-Maior aliado. A assinatura definitiva do acto de capitulação incondicional devia ter lugar no dia seguinte em Berlim, em Karlshorst, na sede da escola de engenharia. Fôramos convocados para que estivéssemos preparados no dia seguinte.

Tempelhof. Manhã. Ainda ninguém chegou, o aeródromo está deserto. Ao centro, encontra-se apenas um coronel, de baixa estatura que obriga os soldados a repetirem a cerimónia de recepção aos aliados. Mandou repetir os exercícios vezes sem conta: os homens tinham perdido o hábito de todas essas coisas durante a guerra. Descontrolei-nos, deitados na relva.



Uma foto histórica: o acto solene da rendição da Alemanha hitleriana, que pôs fim à Guerra. A cerimónia realizou-se em Berlim, em 8 de Maio de 1945, quatro dias depois das tropas soviéticas terem libertado a cidade. O acto da capitulação foi assinado pelo marechal nazí Keitel (à direita), pelo marechal Joukov, comandante das forças soviéticas (à esquerda) e pelo marechal Tedder, em representação das forças aliadas

documentos em diversas línguas. Tudo isto consome uns dez minutos. Jukov levanta-se novamente e diz secamente aos oficiais que se encontram junto da porta que mandem entrar a delegação alemã.

A porta abre-se e entram Keitel, Friedberg e Stumpf, seguidos de alguns oficiais, sem dúvida as ordenanças. Para chegar à sua mesa, Keitel não precisa de dar mais de três passos. Daí esses passos, para atrás da cadeira do meio, estende a mão em que tem o seu bastão de marechal e executa um rápido movimento de frente para trás, que me lembra um exercício de halteres. Puxa a cadeira, senta-se, coloca

também não se mexe, olha fixamente em frente. Depois, vira um pouco a cabeça e examina atentamente Jukov. O gesto repete-se várias vezes. Noto claramente, por estranha que nestas circunstâncias possa parecer a palavra, que olha Jukov com curiosidade. Digo bem Jukov e digo bem com curiosidade.

Como se estivesse a ver ali um homem pelo qual se interessava há muito, agora sentado a dez passos dele.

Na mesa central, começa-se a assinar o documento. Jukov primeiro, Tedder, Spaals depois e por último De Lattre de Tassigny. Enquanto escrevem, o rosto de Keitel torna-se assustador. Direito

que já compreendeu metade da frase, faz com a mão um gesto que significa que está de acordo, e que só é necessário colocarem na sua mesa o documento a assinar. Mas Jukov, sempre de pé, tem também um gesto breve em direcção aos alemães e aos aliados, e diz secamente:

— Eles que venham assinar aqui!

Keitel é o primeiro a levantar-se. Aproxima-se da mesa, toma lugar na cadeira que está livre e assina vários exemplares da acta. Depois, levanta-se, regressa à sua mesa e volta a ficar na mesma pose. Para assinar, tirou uma luva. Agora, enfia-a nos dedos. Stumpf e Friedberg assinam por



Finda a guerra, os soldados que regressavam às suas terras eram recebidos com alegria e emoção pelos familiares e amigos. Só ao povo soviético, a guerra custou 20 milhões de mortos

O fim da guerra foi há 33 anos

Karlshorst. Tivemos o cuidado de visitar primeiro o salão de festas da escola de engenharia, onde ia ter lugar a cerimónia de assinatura. Não era grande: duzentos metros quadrados. Na parede mais pequena, as bandeiras: a nossa, a americana, a inglesa e a francesa. O comandante-chefe do exército francês, De Lattre de Tassigny, também já tinha chegado ou estava a chegar, dizem-nos. Sob as bandeiras, uma mesa quase tão longa como a parede, destinada aos representantes do comando aliado. Três outras mesas tinham sido colocadas perpendicularmente, duas compridas e uma curta, esta do lado da entrada. A mesa pequena destinava-se à delegação alemã, a mesa do meio aos nossos generais e oficiais e aos dos aliados; a terceira era-nos destinada, aos correspondentes.

o bastão na sua frente. Friedberg e Stumpf imitam-no. As ordenanças continuam de pé, atrás deles. Jukov levanta-se e diz qualquer coisa que não compreendo. É feita a tradução para os alemães. Keitel inclina a cabeça em sinal de concordância. Seguem-se então algumas formalidades protocolares. Observo Keitel. Pousou sobre a mesa as suas mãos enluvadas. Stumpf aparenta uma calma majestosa. Friedberg mantém a imobilidade de uma estátua, mas sente-se por detrás dessa imobilidade um infinito desespero. Keitel, ao princípio

e imóvel, o marechal espera o momento em que será a sua vez de assinar. O oficial que está de pé, atrás da sua cadeira, chora sem que mexa um só músculo do rosto. Keitel mantém-se direito. Estende as mãos sobre a mesa, fecha os punhos. A sua cabeça move-se para trás, como se quisesse que as lágrimas que já lhe enchem os olhos regressassem para trás das pálpebras.

Nesse instante, Jukov levanta-se e diz:

— Propõe-se à delegação alemã que assinem a acta de capitulação incondicional. Enquanto o tradutor fala, Keitel,

sua vez. Enquanto o fazem, continuo a observar Keitel. Meio voltado para a mesa dos aliados, observa-os e pensa em qualquer coisa com tanta intensidade que, sem se virar, levanta da mesa a mão direita enluvada, passa-a pelo rosto, pelos joelhos frouxos, pelo queixo, e tritura, quase esmaga o rosto com a sua mão enluvada.

O último dos três alemães assina; retoma o seu lugar.

Jukov levanta-se e diz: — A delegação alemã pode deixar a sala.

Os alemães levantam-se. Keitel repete, com o seu bastão, o mesmo movimento, roda sobre os seus calcanhares e sai. Os outros seguem-no. A porta fecha-se.

Em um instante, a imensa tensão que reinava na sala desaparece. Desaparece como se todos os que aqui se encontravam tivessem retido longamente a respiração e pudessem finalmente respirar. Um suspiro geral, de alívio. A capitulação foi assinada. A guerra acabou!

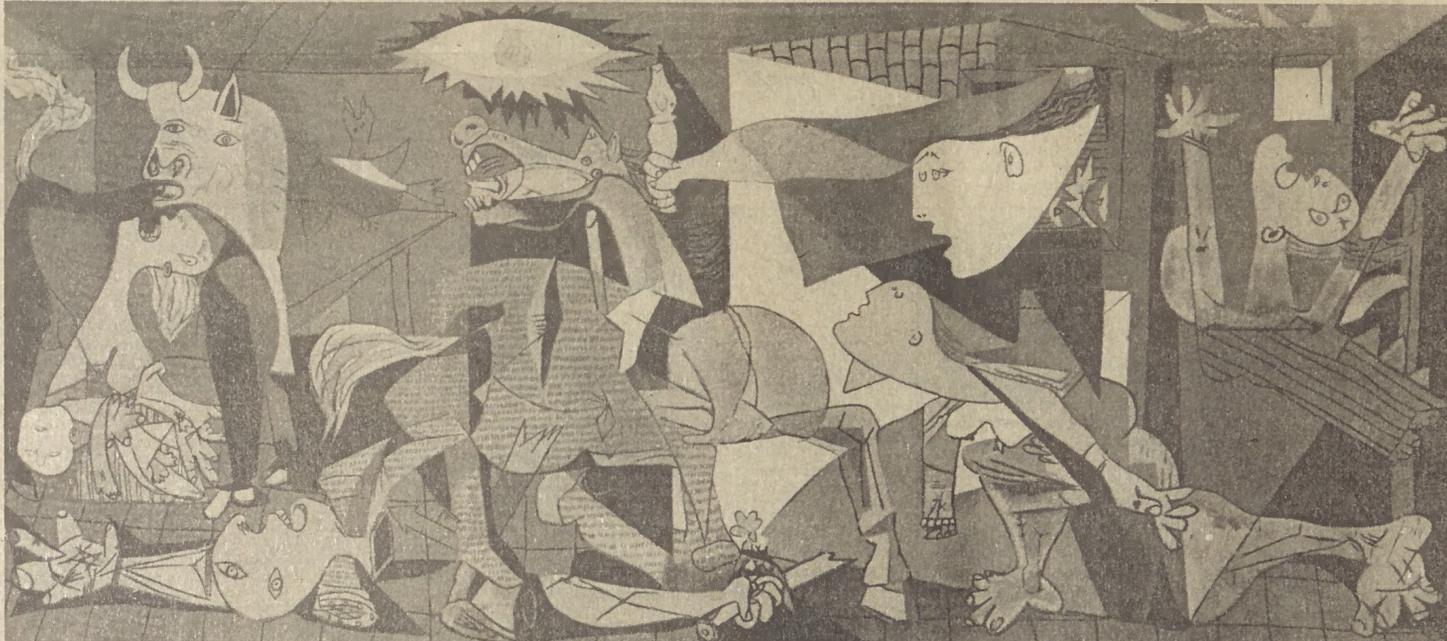
Em 2 de Maio de 1945, o edifício do Reichstag, em Berlim, último reduto das tropas nazis, capitula perante o último e demolidor ataque das forças soviéticas. Os alemães tinham perdido a guerra. Chegavam ao fim os anos sangrentos impostos à Europa pela barbárie nazi, e que só ao povo soviético custaram vinte milhões de mortos.

O acto oficial da rendição realiza-se a 8 de Maio. Dele nos dá um relato preciso e dramático uma testemunha ocular, Constantin Simonov, na altura correspondente de guerra soviético na frente alemã.

Constantin Simonov



Em 24 de Junho de 1945 realiza-se na Praça Vermelha de Moscovo a Parada da Vitória. Os soldados soviéticos depositam junto ao Mausoléu de Lenín os estandartes e bandeiras nazis capturados em combate



Foi exactamente a 1 de Maio de 1937 — 3 dias depois do bombardeamento — que o genial pintor espanhol Pablo Picasso iniciou este quadro monumental, inspirado no genocídio de Guernica. Foi legado à Humanidade com este nome, gritando assim e para todo o sempre tanto o crime hediondo como a vitória da Vida sobre a perversão

Guernica - o começo

Guernica era o "lugar santo" do país basco. Cidade pequena de alguns milhares de habitantes, erguia-se no vale de Mundaca, muito longe da frente da guerra civil espanhola. Não tinha guarnição militar, vivia uma tranquilidade generosa e indefesa que atraía muitos refugiados do terror franquista, que para lá se dirigiam em busca de segurança.

Foi assim até ao dia 26 de Abril de 1937. Dia de mercado. Igual a tantos outros mas que seria o último, da cidade e dos seus dez mil habitantes, três mil dos quais refugiados. Foi na tarde desse dia que surgiram no céu de Guernica as esquadras alemãs da "Legião Condor". Em vagas sucessivas. Num monstruoso bombardeamento que destruiu, metodicamente, a pequena cidade. Um inferno de explosões que durou três horas e um quarto, passadas as quais Guernica desaparecera. Por completo. No seu lugar um pavoroso cemitério de escombros sepultando dez mil cadáveres.

Guernica foi o começo mais espectacular da barbárie fascista que devastaria a Europa. Crime executado por nazis servindo Franco e o seu "nacionalismo" criminoso, apoiado, militantemente, na altura, pela Alemanha nazi, a Itália fascista e Portugal salazarista, com a "neutralidade" da França e restantes "democracias ocidentais". Guernica, Auschwitz, Treblinka, Buchenwald, Tarrafal, tudo cabeças do mesmo monstro, os rostos mais visíveis dum dos períodos mais negros da história da Humanidade.

Guernica aconteceu primeiro. Em Espanha, pela mão de Franco, a 26 de Abril de 1937.



O Chile vencerá! Um grito que se ergue em todo o mundo, na boca de milhões de trabalhadores, e que reflecte simultaneamente a viva condenação da ditadura de Pinochet e a confiança na vitória final do povo chileno. O Chile vencerá!



Solidariedade com o povo chileno

"A queda do fascismo no Chile depende da luta do povo e da pressão da opinião pública mundial" — declarou o camarada Luis Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, numa conferência de imprensa recentemente realizada na Bélgica.

Os factos que ocorrem neste momento no Chile assentam nesse facto, e confirmam-no. A "abertura política" de Pinochet, que reflecte as dificuldades internas e externas com que se debate a Junta, não é de forma alguma alheia à pressão da opinião pública internacional, à actual correlação mundial de forças, ao recrudescimento da luta dos patriotas chilenos dentro do Chile.

Não é uma "abertura". É uma farsa. Mas assim mesmo é uma prova de fraqueza e não de força. O seu carácter fica claro, mesmo abstractando os factos, quando Pinochet afirma que a sua "nova democracia" deverá ser baseada nas características da "presente" (!) e que tomara "atitudes drásticas" contra os exilados que eventualmente regressassem e "tentassem fazer política ou criar desordem interna". Por outro lado, há uma resposta, diversificada, do povo chileno, à repressão e à demagogia. Pinochet prometeu cingidamente uma amnistia. Na verdade, o país continua com 2500 desaparecidos — presos políticos cujo paradeiro é ocultado. Contra este facto realizou-se, há apenas alguns dias, a 26 de Abril, uma manifestação de familiares dos presos políticos chilenos. O 1.º de Maio foi proibido. A proibição estende-se às manifestações religiosas programadas pela Igreja, o que reflecte o carácter

amplo e profundo da luta anti-fascista no Chile.

Na Conferência de Solidariedade com o povo chileno realizada na Líbia entre 17 e 19 de Abril foi realçada a importância do crescimento da resistência no Chile — que é um dado inegável — para o reforço da solidariedade internacional. E o reflexo desta solidariedade no crescimento dessa resistência.

Como foi sintetizado na Conferência, a situação que se vive actualmente no Chile caracteriza-se por: crescimento da luta popular de massas; decomposição interna da Junta, bem visível nas remodelações e nos ameaços de uma eventual saída de Pinochet (que permitiria também uma grande manobra para furar o isolamento internacional — com o compadrio do imperialismo); gravíssima crise económica; problemas fronteirícios com a Argentina e a Bolívia. Neste contexto, as grandes direcções e luta definidas pelas forças antifascistas no Chile são, no

fundamental, a luta contra a repressão; salvar a vida ameaçada dos desaparecidos, impor o desmantelamento da DINA (policia política cujo nome foi entretanto demagogicamente alterado), libertação de todos os presos políticos, fim do estado de emergência e da legislação repressiva, restauração das liberdades e dos direitos humanos, reabertura do caminho para o desenvolvimento democrático. Ao promover campanhas contra a prática dos "desaparecidos", pelos direitos humanos, pelo total isolamento da Junta, ao organizar o auxílio material aos antifascistas chilenos, ao promover o estabelecimento dos laços dos democratas chilenos com as diversas organizações internacionais, a solidariedade internacional com o povo chileno corresponde aos próprios objectivos de luta definidos pelas forças antifascistas chilenas. Será esta unidade de esforços que levará ao definitivo derrubamento da Junta fascista de Pinochet.

Realizou-se em Berghazi, na Líbia, de 17 a 19 de Abril, uma Conferência de Solidariedade com o povo do Chile, com a participação de representantes dos comités de solidariedade com os patriotas chilenos de Europa, Ásia, África e América Latina, assim como de elevado número de organizações de libertação, dirigentes sindicais e de organizações da juventude e de mulheres, advogados e jornalistas. O Partido Comunista Português participou nos trabalhos da Conferência, através do camarada Rogério de Carvalho, do Comité Central.

A Conferência debateu a questão dos direitos humanos, o isolamento internacional da Junta, o apoio à luta no interior do

Chile, os acontecimentos e as iniciativas para 1978. As iniciativas para 78 incluíram a comemoração do 70.º aniversário de Allende, uma Conferência Internacional de Solidariedade e as Jornadas de solidariedade de Setembro (mês da queda do governo de Unidade Popular).

A Conferência terminou com um apelo ao boicote internacional da Junta fascista, no plano político, diplomático, comercial e cultural, à expulsão dos representantes de Pinochet de todas as organizações internacionais, estruturando, simultaneamente, um plano de solidariedade ao povo chileno na sua luta contra o fascismo.